



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

AMANDA DUARTE GOMES

**INVESTIMENTOS CHINESES NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA (2014-2024):
entre dependência e oportunidade**

BELÉM-PA

2025

AMANDA DUARTE GOMES

**INVESTIMENTOS CHINESES NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA (2014-2024)
entre dependência e oportunidade**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a. Lourrene de Cássia Alexandre Maffra.

BELÉM-PA

2025

AMANDA DUARTE GOMES

INVESTIMENTOS CHINESES NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA (2014-2024)
entre dependência e oportunidade

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a. Lourrene de Cássia Alexandre Maffra.

Aprovado em:

Prof. Dr^a. Lourrene de Cássia Alexandre Maffra - Orientadora
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Carlos Freire da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará e à Faculdade de Ciências Sociais, pelo ambiente fértil que permitiu o desenvolvimento da pesquisa e minha formação acadêmica. Estendo essa gratidão aos grupos de estudo e pesquisa nos quais tive a oportunidade de realizar iniciação científica: GCODES e CPOLS.

Às brilhantes e generosas professoras com quem tanto aprendi e que em diferentes momentos – e de diferentes maneiras – me encorajaram a seguir no curso: Nelissa Peralta, Luísa Dantas, Patrícia Santos, Telma Amaral e Rayza Sarmiento.

Em especial, um agradecimento sincero à minha orientadora, Lourrene Maffra, pela paciência, pela compreensão, pelas sugestões de leitura e pelo acolhimento.

Agradeço também a todas as professoras, professores e colegas que colaboraram direta ou indiretamente com o desenvolvimento deste trabalho.

Considero importante também os agradecimentos de natureza mais pessoal:

Aos amigos, do passado e do presente, que acompanharam esta longa jornada. Reconheço especialmente o grande amigo Eliezer da Luz, pelas muitas conversas importantes que compartilhamos.

À minha mãe, que me ensinou sobre o valor da educação e demonstrou apoio incondicional à todas minhas empreitadas dentro e fora da Universidade.

À minha companheira, Ceci, por tanto apoio e amor constantes. À Leila, que fez e faz tudo ser tão mais bonito e leve.

À todas e todos que me inspiram por um mundo mais justo.

Por uma Universidade pública, gratuita e livre.

RESUMO

Esta pesquisa analisa os investimentos chineses na Amazônia Legal Brasileira no período de 2014 a 2024. O trabalho avalia a tensão entre oportunidade e dependência, argumentando que o capital chinês atua fundamentalmente como um fator de reforço das contradições do capitalismo dependente brasileiro. Essa função não surge de uma natureza coercitiva dos investimentos, mas sim pela articulação do capital chinês ao modelo agroexportador e neoextrativista concebido enquanto política do Brasil para a Amazônia. Utilizando a Teoria Marxista da Dependência e o conceito de "quase-centro", a pesquisa mapeia os aportes em setores estratégicos, discute seus impactos socioambientais, o papel político do Brasil na relação bilateral e as possibilidades da relação Brasil-China.

Palavras-chave: Investimentos Chineses; Amazônia; Teoria Marxista da Dependência;

ABSTRACT

This research analyzes Chinese investments in the Brazilian Legal Amazon during the period from 2014 to 2024. The study evaluates the tension between opportunity and dependency, arguing that Chinese capital fundamentally acts as a reinforcement factor for the contradictions of Brazilian dependent capitalism. This does not stem from a coercive nature of the investments, but rather from the articulation of Chinese capital with the agro-export and neo-extractivist model conceived as Brazil's policy for the Amazon. Utilizing the Marxist Dependency Theory and the concept of "quasi-center", the research maps the contributions in strategic sectors, discusses their socio-environmental impacts, the political role of Brazil in the bilateral relationship, and the possibilities of the Brazil-China relationship.

Keywords: Chinese Investments; Amazon; Marxist Dependency Theory.

RESUMEN

Esta investigación analiza las inversiones chinas en la Amazonia Legal Brasileña durante el período de 2014 a 2024. El trabajo evalúa la tensión entre oportunidad y dependencia, argumentando que el capital chino actúa fundamentalmente como un factor de refuerzo de las contradicciones del capitalismo dependiente brasileño. Dicha función no surge de una naturaleza coercitiva de las inversiones, sino de la articulación del capital chino con el modelo agroexportador y neoextractivista concebido como política de Brasil para la Amazonia. Utilizando la Teoría Marxista de la Dependencia y el concepto de "cuasi-centro", la investigación mapea las aportaciones en sectores estratégicos, discute sus impactos socioambientales, el papel político de Brasil en la relación bilateral y las posibilidades de la relación Brasil-China.

Palabras Clave: Inversiones Chinas; Amazonia; Teoría Marxista de la Dependencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal Brasileira

Gráfico 1 – Evolução Anual dos investimentos chineses na Amazônia Legal (2014-2024)

Gráfico 2 – Distribuição dos investimentos chineses na Amazônia Legal por setor (2014-2024)

Gráfico 3 – Distribuição dos investimentos chineses por tipo de entrada (2014-2024)

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIIB – *Asian Infrastructure Investment Bank* (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura)

ALC – América Latina e Caribe

BASIC – (Grupo de países formado por Brasil, África do Sul, Índia e China)

BRICS – (Grupo de países inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

CCCC – China Communications Construction Company

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

COEs – *Collective-Owned Enterprises* (Empresas de Propriedade Coletiva)

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento

CTG – *China Three Gorges Corporation*

EVTEA – Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental

FICO – Ferrovia de Integração Centro-Oeste

FMI – Fundo Monetário Internacional

G20 – (Grupo dos Vinte)

ICR - Iniciativa do Cinturão e Rota

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IED – Investimento Estrangeiro Direto

MIC 2025 – Made in China 2025

MOFCOM – Ministério do Comércio (China)

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Plano de Ação Conjunta

PCC – Partido Comunista Chinês

PIM – Polo Industrial de Manaus

PIB – Produto Interno Bruto

SASAC – Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais

SOEs – *State-Owned Enterprises* (Empresas de Propriedade do Estado)

TCA – Tratado de Cooperação Amazônica

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEEs – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PANORAMA DA EXPANSÃO CHINESA INTERNACIONAL E A RELAÇÃO BRASIL-CHINA	12
2.1. Breve histórico da trajetória da ascensão econômica da República Popular da China	12
2.2. A China e o reordenamento da ordem global	18
2.3. China, América Latina e a relação sino-brasileira	21
3. INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS CHINESES NA AMAZÔNIA (2014-2024)	31
3.1. Definições e metodologia	31
3.2. Os dados de investimentos chineses na Amazônia brasileira (2014-2024)	34
4. OS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	40
4.1. A perspectiva chinesa e a perspectiva brasileira sobre a atuação da China na Amazônia	44
5. UMA LEITURA CRÍTICA: ENTRE DEPENDÊNCIA E OPORTUNIDADE	49
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

1. INTRODUÇÃO

A ascensão da China como potência econômica global no século XXI reconfigurou as dinâmicas de comércio e investimento internacional. Neste novo cenário, o Brasil consolidou-se como um parceiro estratégico, sendo o país asiático seu principal destino de exportações e uma fonte fundamental de investimentos. No contexto dessa relação bilateral, a Amazônia Legal, região de inestimável importância estratégica, socioambiental e econômica, emergiu como um foco de crescente interesse e tem recebido um incremento nos aportes de capital chinês.

O presente trabalho se dedica a analisar os investimentos chineses na Amazônia Legal Brasileira ao longo da década compreendida entre 2014 e 2024. Para concretizar esse propósito, foram definidos quatro objetivos específicos: 1) mapear e categorizar os principais investimentos chineses na região; 2) analisar o histórico da expansão internacional chinesa e o desenvolvimento da relação sino-brasileira; 3) discutir os impactos advindos desses investimentos; e, por fim, 4) analisar a atuação chinesa e avaliar em que medida ela reforça ou subverte a estrutura de dependência do Brasil, com base na Teoria Marxista da Dependência.

As questões que norteiam a pesquisa, alinhadas aos objetivos propostos, são: como os investimentos chineses na Amazônia devem ser interpretados? Eles representam uma genuína oportunidade para o desenvolvimento regional ou, inversamente, reforçam uma estrutura de dependência, ancorada no escoamento de *commodities*? Qual é a essência da atuação chinesa na região? Ela subscreve às alegações de que a China atua como uma potência imperialista ou deve ser abordada a partir de novas categorias? Qual o papel do Brasil enquanto agente político soberano nessa relação bilateral?

O trabalho não pretende esgotar os debates em torno dessas questões, e nem respondê-las de forma inequívoca ou imutável. De certo modo, a argumentação busca evitar os maniqueísmos comuns que surgem nas análises sobre a China. Busca-se, portanto, através da análise histórica da expansão internacional chinesa, do mapeamento dos investimentos na Amazônia Legal e da discussão teórica da dependência, construir uma chave interpretativa. Esta chave visa avaliar em que medida o capital chinês intensifica a estrutura produtiva brasileira, reforçando traços de dependência, ou se, pelo contrário, representa uma janela de oportunidade para o desenvolvimento do país.

Para atingir esses objetivos, o trabalho está estruturado em quatro capítulos de desenvolvimento, além desta Introdução e das Considerações Finais. O Capítulo 2 oferece a

base contextual, iniciando com um breve histórico da trajetória de ascensão econômica da China. O capítulo traça o percurso das reformas iniciadas em 1978, a política das Quatro Modernizações, o Socialismo com Características Chinesas, entre outros. A seção seguinte aborda a China e o reordenamento da ordem global, focando na consolidação do seu protagonismo após a crise de 2008. Por fim, a terceira seção do capítulo detalha a evolução da relação sino-brasileira, desde o estabelecimento das relações diplomáticas até a atualidade.

O Capítulo 3 é dedicado à análise empírica e metodológica. Primeiramente, discute-se as definições e a metodologia para mapear e categorizar os investimentos, integrando elementos qualitativos e quantitativos acerca dos investimentos diretos estrangeiros e dos aportes de capital em projetos de infraestrutura na Amazônia Legal brasileira. A seção subsequente apresenta e analisa os dados levantados, identificando o tipo específico de aporte de capital, classificando a propriedade da empresa investidora, bem como a atividade econômica de destino do capital.

O Capítulo 4 analisa os impactos desses investimentos na Amazônia Legal, observando a particularidade da região como território historicamente extrativo e fornecedor de matéria-prima. Nesse sentido, é fundamental abordar, por exemplo, conflitos socioambientais e pressão sobre o desmatamento. O capítulo também apresenta uma breve discussão sobre a perspectiva chinesa e a perspectiva brasileira sobre a atuação na região.

Por fim, o Capítulo 5 aprofunda a discussão crítica e teórica do trabalho. A partir da Teoria Marxista da Dependência, argumenta-se que a atuação chinesa se insere na estrutura do capitalismo dependente brasileiro, com a burguesia nacional atuando como uma classe que se beneficia da relação de dependência – neste caso, principalmente a burguesia agroexportadora. Discute-se também a validade das categorias centro-periferia, lançando mão do conceito de “quase-centro” para avaliar a China contemporânea.

2. PANORAMA DA EXPANSÃO CHINESA INTERNACIONAL E A RELAÇÃO BRASIL-CHINA

2.1. Breve histórico da trajetória da ascensão econômica da República Popular da China

A República Popular da China (China) chegou a ocupar o posto de maior economia do mundo em meados do século XIX, chegando a representar a maior fatia do produto interno bruto (PIB) global. Essa então pujante economia sofreu profundo declínio tão logo viu seu território ser entregue às forças estrangeiras, sendo submetido ao domínio ocidental e forçado à abertura comercial através das Guerras do Ópio (1839-1860)¹. No período subsequente, o país enfrentou guerras externas, invasões e conflitos separatistas. Por esses motivos, a China estava assolada nos primeiros anos do século XX, tendo enfrentado o chamado "século das humilhações". Foi nessas condições que em 1949 o Partido Comunista Chinês (PCC) empreendeu uma exitosa Revolução Comunista. De 1949 a 1978 o PIB da China cresceu anualmente a uma taxa de 6,6%, dando sustentação ao posterior período de intenso desenvolvimento do país (Jabbour e Dantas, 2017). A partir desse momento, a China reencontrou as glórias de sua economia do século XIX, principalmente após a introdução de um programa de reformas planejadas no final dos anos 70.

As reformas econômicas da China, iniciadas em 1978 com o programa *Gaige Kaifang*, ou Reforma e Abertura, liderado por Deng Xiaoping — líder do Partido Comunista Chinês após Mao Zedong — ocorreram em um cenário global de enfraquecimento político e econômico dos Estados Unidos. Naquele período, os EUA lidavam com as repercussões da Guerra do Vietnã e, segundo Giovanni Arrighi (2007), a crise de acumulação capitalista de 1970 já sinalizava seu declínio hegemônico. Essa crise, marcada pela profunda financeirização da economia global, inaugurou a era do neoliberalismo. Nesse cenário de transformações sistêmicas, o caso chinês, segundo Diego Pautasso (2020) demonstra a notável capacidade do país em adaptar suas políticas internas às transformações mundiais, superando vulnerabilidades domésticas e externas para ascender globalmente. Pautasso (2020) descreve ainda que o período inicial das reformas foi marcado por mudanças mundiais profundas: de um lado, a emergência da Terceira Revolução Industrial introduzia novos paradigmas na organização da produção, como o *toyotismo*, reconfigurando a divisão internacional do trabalho. De outro, os Estados Unidos empreendiam esforços para restabelecer seu controle

¹ Como resultados, a China foi forçada a abrir os portos ao livre comércio e foi submetida a ceder Hong Kong à Grã-Bretanha, que ocupou o território até 1997.

sobre o sistema monetário-financeiro internacional. Essa estratégia estadunidense envolvia uma escalada militar nos anos 1980, sob a administração Reagan, contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma ofensiva comercial direcionada ao Japão e à Alemanha, e uma subsequente aproximação com a China comunista. Essa conjuntura permitiu o conjunto de reformas na economia chinesa arquitetadas por Deng Xiaoping, possibilitando a intensificação do crescimento chinês nos anos 1980, que passou a impactar o mundo ao longo dos anos 1990, se consolidando no final da primeira década do século XXI, quando a China se tornou a segunda economia do mundo (Moreno, 2015, p. 13).

As reformas lideradas por Deng Xiaoping abrangeram quatro setores: agricultura, ciência, tecnologia e defesa nacional. Essa estratégia, que ficou conhecida como as Quatro Modernizações, inicialmente abrangeu as reformas no campo, meio pelo qual o governo chinês, através de políticas como o uso descentralizado da terra, desencadeou uma expansão vigorosa na produtividade agrícola. Em termos reais, o crescimento de produtividade no campo foi de aproximadamente 5% ao ano entre 1978 e 1995, um aumento significativo em comparação com os cerca de 2% anuais registrados durante o período de 1952 a 1977 (Wu, 1997). De acordo com Wu (1997), essas reformas agrárias criaram as bases de sustentação para as transformações urbanas e industriais da China a partir de meados da década de 1980.

A significância dessas transformações rurais e a abordagem estratégica para as preocupações agrárias não podem ser subestimadas na trajetória de desenvolvimento da China, visto que essa série de políticas voltadas para o campo culminaram em uma redução massiva da pobreza, com 400 milhões de pessoas escapando da miséria em um período notavelmente curto entre 1979 e 1985 (Nogueira, 2021). No processo das Quatro Modernizações, o governo chinês manteve participação fundamental na condução das empresas. Apesar de, a partir de 1997, uma parcela significativa das empresas estatais e coletivas terem passado por processos de privatização, a participação estatal permaneceu um elemento central da governança chinesa. Jabbour e Dantas (2017) argumentam que, apesar da percepção de uma liberalização econômica na China que resultou na diminuição da participação de empresas estatais e no crescimento do setor privado, é fundamental compreender como, na dinâmica da modernização chinesa, o Estado se adaptou para dirigir o desenvolvimento e implementar novas formas de planejamento econômico. O robusto crescimento do setor privado, por exemplo, foi intrinsecamente ligado à formação de uma ampla economia de mercado, e a redução quantitativa do setor estatal foi acompanhada pela criação massiva de empregos e pelo surgimento de uma influente classe de capitalistas

domésticos, elementos essenciais para a estratégia nacional e internacional da China (Jabbour e Dantas, 2017).

Essa condução adaptativa do desenvolvimento pelo Estado chinês pode ser melhor compreendida ao examinar a diversidade de formas de propriedade empresarial no país. As empresas chinesas podem ser classificadas quanto ao seu tipo de propriedade: Empresas de Propriedade do Estado (SOEs); Empresas de Propriedade Coletiva (COEs); empresas privadas e individuais; e outros tipos, como as de participação ou sociedade limitada, *joint ventures* e as totalmente estrangeiras. Embora ao longo dos anos o número e o escopo de atuação das SOEs tenham sido reduzidos, elas se concentraram em setores estratégicos (Lee, Park e Wang, 2013). As SOEs são atores proeminentes na indústria chinesa, nos mercados de ações e no investimento direto no exterior. Sob a alçada da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (SASAC), o governo nacional chinês gerencia 97 SOEs centrais, e os governos subnacionais também controlam um grande número de SOEs locais².

Essa complexa coexistência de diferentes formas de propriedade, sobre as quais o Estado mantém o controle estratégico, é uma particularidade do sistema de governo chinês, o chamado Socialismo com Características Chinesas, um termo que remonta ao discurso de abertura de Deng Xiaoping no 12º Congresso Nacional do PCC em 1982³. De acordo com Rodrigo Moura, em referência à obra de Zhao Zhikui, nesse sistema, as características chinesas e os princípios gerais do marxismo são indissociáveis (Moura, 2021). Moura discorre que, na prática, a abordagem chinesa implica um sistema econômico com a propriedade pública como pilar, coexistindo com diversas outras formas de propriedade. Ela se manifesta na construção de uma economia de mercado socialista, mas que permite a coexistência de variados modos. A política de "um país, dois sistemas" aplicada a Hong Kong, Macau e Taiwan — que mantêm seus próprios sistemas econômicos, financeiros e jurídicos — também exemplifica as singularidades desse modelo.

Essa abordagem singular, que equilibra a dinâmica de mercado com a robusta orientação estatal, é visível nas diversas ferramentas de planejamento utilizadas pelo governo

² Dado extraído do relatório "The World's Largest Shareholders: Understanding China's National and Regional SASACs". Disponível em: <https://solutions.sayari.com>

³ "Na realização de nosso programa de modernização devemos proceder a partir da realidade chinesa. Tanto na revolução quanto na construção também devemos aprender com países estrangeiros e tirar lições das suas experiências, porém a aplicação mecânica das experiências estrangeiras e a cópia de modelos estrangeiros não vai nos levar a lugar nenhum. Tivemos muitas lições a este respeito. Devemos integrar a verdade universal do marxismo com as realidades concretas da China, pavimentar um caminho próprio e construir um socialismo com características chinesas – esta é a conclusão básica que chegamos depois de rever a nossa longa história". Disponível em Selected Works of Deng Xiaoping Volume III. Beijing: Foreign Language Press, 1994, p.14.

chinês para guiar o desenvolvimento do país. Entre as ferramentas de destaque na política chinesa, os Planos Quinquenais — um mecanismo herdado da antiga URSS — representam um modelo central para o desenvolvimento econômico e social de médio prazo. Elaborados pelo Partido Comunista Chinês (PCC), esses documentos fornecem diretrizes, estratégias e políticas nacionais para períodos de cinco anos, traçando as principais metas sociais, econômicas e setoriais, e convertendo-as em objetivos quantitativos e qualitativos organizados em capítulos específicos (Ungaretti, 2021). A China adotou a planificação quinquenal em 1953, quatro anos após a fundação da República Popular da China, e já elaborou 14 planos, com exceção do período de reformas entre 1963 e 1965. A materialização dessas diretrizes de planejamento é mais evidente ao observarmos os estágios do próprio processo de Reforma e Abertura.

De forma breve, pode-se dividir o processo de Reforma e Abertura em dois estágios. No primeiro, ao fim dos anos 70 e início dos anos 80, a China empreendeu a descoletivização⁴ da agricultura e a introdução de investimentos estrangeiros no país. No segundo, ao fim dos anos 80 e início dos anos 90, instaurou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e permitiu que empresas não-estatais pudessem investir no exterior. A criação das ZEEs representou um passo inicial e fundante na estratégia chinesa de integração econômica global. O objetivo era promover a convergência econômica entre a China, Hong Kong e Taiwan, pavimentando o caminho para a reunificação sob a política de "um país, dois sistemas" (Jabbour e Dantas, 2017). As cinco primeiras ZEEs, estabelecidas entre 1982 e 1984, foram estrategicamente selecionadas: Shantou, Shenzhen e Zhuhai, localizadas na fronteira com Hong Kong; Xiamen, na província de Fujian, em frente a Taiwan; e toda a ilha de Hainan, a mais meridional e próxima dos enclaves étnicos chineses dominantes em Singapura e na Indonésia.

Embora as ZEEs e outras medidas tenham atraído investimentos diretos estrangeiros em volume crescente, é preciso notar que o Estado chinês sistematicamente regulou o capital estrangeiro ao longo das décadas de 1990 e 2000. Carvalho e Nogueira (2023) demonstram que a China implementou uma série de medidas de controle sobre o Investimento Estrangeiro

⁴ Entre 1949 e 1953, a revolução comunista na China promoveu uma reforma agrária radical, distribuindo terras a trabalhadores rurais pobres e criando uma agricultura camponesa baseada na pequena propriedade. De 1953 a 1961, avançou-se para a coletivização com a formação das comunas populares. Esse modelo foi sendo ajustado até 1978, quando as reformas impulsionaram a descoletivização, processo no qual a terra permaneceu propriedade coletiva, mas os camponeses ganharam direitos de uso e contrato, podendo gerir a produção com alguma autonomia, elevando os níveis de produtividade, renda e consumo no meio rural. Para aprofundamento do tema, sugere-se a leitura de "A economia política do desenvolvimento rural na China: da questão agrária à questão agroalimentar" (Escher, 2022).

Direto (IED). Isso incluiu a necessidade de aprovação governamental para os projetos, a alocação regional em ZEEs, exigências para a formação de joint ventures, transferência de tecnologia, desempenho de exportação, e a manutenção do equilíbrio na balança de moeda estrangeira. Além disso, havia regras de conteúdo local, a localização geográfica das fábricas era definida pelo governo — frequentemente "convidando" multinacionais a se instalar em regiões mais afastadas para promover o desenvolvimento regional — e cotas para exportação e geração de empregos eram estabelecidas, demonstrando o papel fundamental do Estado na condução do desenvolvimento econômico e tecnológico do país (Carvalho e Nogueira, 2023).

Com a capacidade produtiva nacional em ascensão e a experiência na absorção de capital e tecnologias estrangeiras, a China começou a projetar seu próprio capital no exterior. Alinhado a essa crescente dinâmica de expansão e em consonância com a abertura de sua economia para mercados globais, em 2001 a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC). Este marco estratégico coincidiu com a elaboração da estratégia *Going Global* em 1999, que visava ampliar a segurança em recursos naturais, alimentares e energéticos através do controle das cadeias de valor desses setores em outros países (Pautasso, 2020). A diplomacia econômica chinesa, por sua vez, orientou embaixadas e consulados ao redor do mundo a direcionar empresas chinesas para o mercado global, oferecendo orientações legais e comerciais, favorecendo nos anos subsequentes que os IEDs chineses atingissem altas taxas e se consolidassem em transações cada vez mais complexas, como fusões e aquisições (Nash, 2012). Atualmente, a China desenvolve a *Going Global 2.0*, com a meta central de promover a demanda para a economia nacional, alavancando-a por meio da Iniciativa Cinturão e Rota – *Belt and Road Initiative* (BRI, da sigla em inglês) (Pautasso, 2020). Esses marcos da projeção internacional chinesa demonstram o sucesso econômico do programa de reformas iniciado em 1978, que conquistou uma taxa de crescimento anual da economia chinesa de 10%.

A grande expansão econômica da China, impulsionada por uma política pragmática e gradualmente transformadora, resultou no notável desenvolvimento de seus setores industriais e de alta tecnologia (Ouro Preto, 2011). Concomitantemente, a China transcendeu a alcunha de “fábrica do mundo”, que a definia majoritariamente pela indústria de baixo valor agregado. Para reforçar essa transição rumo à manufatura inteligente e à inovação, em 2015, a China lançou a política governamental *Made in China 2025* (MIC 2025). Com foco em impulsionar 10 setores estratégicos, essa iniciativa procurou internalizar cadeias produtivas complexas, promover inovações e ampliar a participação chinesa não apenas na produção e no comércio

globais, mas também em atividades de inovação e IEDs. Nos últimos anos, o país demonstrou uma crescente presença comercial e estratégica em regiões como a África e a América Latina e Caribe (ALC), materializada na construção de importantes infraestruturas como estradas, portos, ferrovias, represas, linhas de transmissão e pontes (Moreno, 2015). Essa projeção global, que reflete a evolução de sua capacidade industrial e tecnológica, posicionou a China para assumir um papel central no reordenamento da ordem global, especialmente quando a crise financeira de 2008 aprofundou a deterioração da potência hegemônica dos Estados Unidos.

A ascensão chinesa, impulsionada pelas reformas de 1978 e pelo notável avanço econômico, gerou desafios, contradições e controvérsias significativas para o governo e a sociedade do país. Um dos efeitos colaterais desse desenvolvimento foi o aumento das disparidades sociais e a persistência da pobreza, que se deve, em grande parte, aos padrões desiguais de desenvolvimento entre áreas rurais e urbanas e à crescente concentração de milionários nos grandes centros (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024). Paralelamente, o vertiginoso crescimento também impediu um caminho de desenvolvimento ecologicamente sustentável (Arrighi, 2007), e décadas de crescimento industrial acelerado resultaram em severas crises ambientais. A China enfrenta poluição generalizada do ar e da água, além de significativa degradação do solo e desertificação.

Apesar de o PCC ter reconhecido esses problemas e implementado projetos e políticas para enfrentá-los, a situação compromete seriamente a saúde pública e a capacidade produtiva do país, incluindo a produção agrícola. Como o maior emissor mundial de gases de efeito estufa⁵ e altamente dependente do carvão, a China lida com os graves problemas de saúde acarretados pela poluição do ar. A escassez e a contaminação da água, por sua vez, afetam milhões de pessoas diretamente e restringem a capacidade industrial e a produção de alimentos. De acordo com o Council on Foreign Relations (2024), os custos desses danos ambientais representam uma parcela considerável do PIB chinês, evidência do impacto econômico na degradação ambiental. Em resposta a esses desafios, a China tem procurado ativamente transformar seu modelo de desenvolvimento econômico, reduzindo o consumo de energia e materiais, limitando a capacidade de produção obsoleta e promovendo o desenvolvimento sustentável (Yan e Bocharnikov, 2022). O desenvolvimento verde — a

⁵ A China é o maior emissor mundial de gases de efeito estufa em termos de emissões totais anuais, mas as emissões históricas e as emissões em termos per capita são dominadas por países ocidentais como os Estados Unidos.

chamada "civilização ecológica" — é considerado uma direção importante para o desenvolvimento da China no 13º Plano Quinquenal e nos anos seguintes.

2.2. A China e o reordenamento da ordem global

A notável trajetória de ascensão econômica da República Popular da China, construída gradualmente nas décadas pós-1978, foi consolidada em um dos momentos mais críticos da história econômica recente: a crise financeira global de 2008. A China, em determinado momento, desacelerou seu ritmo de crescimento econômico que vinha mantendo por décadas. No primeiro trimestre de 2009, o país registrou sua menor taxa em dez anos, caindo para 6,1%. Contudo, as análises de Fan, Yang e Meiyang (2009) realizadas à época, indicavam que essa redução era reflexo de políticas domésticas, e não de influências externas. Nesse cenário, o governo implementou um plano de estímulo econômico, visando impulsionar a economia de volta à sua trajetória ascendente, e os resultados foram rapidamente notados: no primeiro semestre de 2009, o crescimento já havia subido para 7,1%, em acordo com a meta estabelecida para a recuperação (Fan, Yang e Meiyang, 2009).

Ao redor do mundo, entretanto, os impactos da crise mergulharam grandes potências econômicas mundiais na recessão, expondo as fraturas estruturais do sistema capitalista global, historicamente dominado pelas potências ocidentais. Nos Estados Unidos, o PIB contraiu-se significativamente nos trimestres finais de 2008 e no início de 2009, e a taxa de desemprego disparou para 10% em outubro de 2009, o nível mais alto em 26 anos⁶. Da mesma forma, a Zona do Euro entrou em recessão, com o PIB caindo 4,3% em 2009, e o desemprego atingindo 9,9% no mesmo ano, evidenciando um cenário de agravamento da crise em economias ocidentais hegemônicas⁷. A retração do comércio global e o pânico nos mercados financeiros também eram evidentes, com grandes instituições financeiras precisando de resgates governamentais massivos, onde países da União Europeia, por exemplo, desembolsaram centenas de bilhões de euros para salvar seus próprios bancos, o que destacava a severidade dos impactos da crise.

Com o aprofundando da deterioração das principais potências hegemônicas do mundo, sobretudo dos Estados Unidos, a China aos poucos começou a ocupar um espaço acentuado no reordenamento da ordem global. Essa reconfiguração criou condições para que as relações

⁶ Dados extraídos da BBC News Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/03/100326_pibeua_ba.

⁷ Dados extraídos da Eurostat, a organização que produz dados estatísticos para a União Europeia. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>

entre os países tomassem outro grau de complexidade, favorecendo relações para além do curto prazo, diversificando a relação bilateral e ampliando o plano multilateral através de mecanismos como os BRICS⁸, o G20⁹ e o BASIC¹⁰, criando um ambiente favorável à aproximação do Brasil e da China (Holanda, 2011). Discutiremos essa aproximação na seção seguinte. Essa crescente assertividade e a busca por uma nova ordem global são corroboradas por James Paradise (2019), que argumenta como a China tem exibido uma defesa persistente pela reconfiguração dos sistemas internacionais.

Paradise (2019) traça essa posição desde alguns marcos: em primeiro lugar, a declaração de Deng Xiaoping na ONU em 1974, que já destacava o direito dos países em desenvolvimento de desafiar os monopólios econômicos imperialistas. Subsequentemente, líderes como Jiang Zemin, Hu Jintao e, com maior intensidade após a crise de 2008-2009, Xi Jinping, reforçaram o foco nas injustiças estruturais da governança global e na importância crucial do direito internacional e da ONU. Paradise (2019) demonstra que a China abandonou sua postura anterior de baixo perfil para se tornar um protagonista no reordenamento da ordem global. Sua abordagem é consideravelmente flexível em termos institucionais, engajando-se desde fóruns menos formalizados, como o G20, até estruturas mais consolidadas, como o *Asian Infrastructure Investment Bank* – Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), e impulsionando iniciativas próprias, a exemplo da *Belt and Road Initiative* – Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI). Essa maleabilidade estratégica daria à China capacidade de operar em uma variedade de formatos nas instâncias internacionais, sejam eles multilaterais ou bilaterais.

Em paralelo às movimentações em vista de reformas na governança global, a China pós-2008 engendrou grandes projetos que reconfiguraram alianças e parcerias globais. Dentre essas iniciativas, destaca-se o plano MIC 2025, anunciado em 2015, com o ambicioso objetivo de transformar o país em líder mundial em setores de alta tecnologia e manufatura avançada, diminuindo a dependência externa em áreas estratégicas. Contudo, a iniciativa de maior envergadura é a BRI, lançada em 2013. Este é um vasto projeto de infraestrutura e

⁸ Acrônimo que representa a cooperação entre cinco grandes economias em desenvolvimento: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A partir de 2024 expandiu-se para incluir novos membros plenos, como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, bem como países parceiros como Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Tailândia, Uganda e Uzbequistão.

⁹ Fórum multilateral entre países desenvolvidos e emergentes que discute assuntos relacionados à estabilidade econômica global. O grupo agrega dois terços da população mundial.

¹⁰ Bloco de quatro grandes países recentemente industrializados — Brasil, África do Sul, Índia e China.

conectividade que visa recriar as antigas rotas comerciais da Rota da Seda¹¹, tanto terrestres quanto marítimas. Através da BRI, Pequim busca conectar a China a dezenas de países na Ásia, Europa, África e também na América Latina e Caribe por meio de investimentos massivos em portos, ferrovias, estradas e outras infraestruturas. A particularidade do caso brasileiro em relação à iniciativa do BRI será explorada mais adiante.

Diante dessas estratégias chinesas na reconfiguração de uma nova ordem mundial, é possível apreender que a ascensão da China redesenha a ordem econômica e de poder, assim como também altera as estruturas de uma governança global, apresentando um modelo de desenvolvimento e de diplomacia distinto ao das potências hegemônicas tradicionais. O modelo chinês, como já vimos, caracterizado pelo Socialismo com Características Chinesas e a vigorosa presença do setor público, demonstra suas imbricações na diplomacia do país, abrindo espaço para a multipolaridade e para concepções distintas de governança mundial. É possível encontrar raízes dessa abordagem diplomática da China no Movimento dos Países Não Alinhados, que em 1964, propôs cinco princípios formulados por Zhou Enlai (chefe de governo da China entre 1949 e 1976): respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão, não intervenção de um país nos assuntos internos de outro, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica.

Os princípios da diplomacia chinesa remontam ao processo político da Conferência de Bandung de 1955. A declaração resultante dessa conferência estabeleceu os princípios que guiaram a política externa dos países afro-asiáticos, incluindo a China (Seng e Acharya, 2009). Em abril de 1955, 29 países recém-libertados ou em processo de libertação do colonialismo, da Ásia e da África, reuniram-se na cidade de Bandung, na Indonésia. O objetivo era afirmar sua soberania e discutir uma nova ordem econômica e cultural. Esse evento marcou o nascimento político do que seria conhecido como Terceiro Mundo e que hoje se convencionou chamar Sul Global. Não por acaso, em um discurso marcando o 60º aniversário da Conferência de Bandung, o Presidente chinês Xi Jinping reafirmou a relevância duradoura do "Espírito de Bandung"¹², enfatizando a importância contínua de seus princípios

¹¹ A Rota da Seda foi uma extensa rede de comércio, estabelecida durante a Dinastia Han na China, que conectou Oriente e Ocidente por milhares de quilômetros entre o século II a.C. e o século XV. Esse sistema foi historicamente importante para moldar as relações econômicas e comerciais globais.

¹² Documento oficial do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China que aborda o discurso do Presidente Xi Jinping na Cúpula Afro-Asiática, e não sua transcrição integral, está disponível no site do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/jj/2015zt/xjpdbstjxgsfwbfydnxycxyfldrhyhwly60znjnhd/202406/t20240606_11381328.html.

de paz, soberania, integridade territorial e não-interferência nos assuntos internos de outros países como pilares para a cooperação e o desenvolvimento global.

No entanto, a retórica da diplomacia chinesa, embora enraizada nos princípios históricos de Bandung, não pode ser analisada apenas isoladamente de suas manifestações concretas. É fundamental ir além das declarações e investigar as iniciativas práticas da China, a natureza e as pretensões de sua ascensão, e, conseqüentemente, a essência das relações entre a China e seus parceiros, especificamente o caso do Brasil. Neste trabalho, adotamos como categoria de análise a China enquanto um país que ascendeu do Sul Global, passando da periferia para a posição de “quase-centro” do sistema econômico mundial (Cheng e Zhai, 2021). É preciso notar que, nessa ascensão, a Revolução de 1949 e o modelo chinês configuram algo completamente novo no cenário global, distanciando-se das lógicas de expansão hegemônica historicamente associadas ao imperialismo ocidental. Deve-se então reconhecer que o Sul Global não é um bloco homogêneo, mas sim um espaço político com suas próprias hierarquias e dinâmicas internas. Essa contextualização é importante — e será aprofundada em seções posteriores deste trabalho — para a subsequente análise das relações China-Brasil e, especificamente, para a compreensão dos investimentos chineses na Amazônia.

2.3. China, América Latina e a relação sino-brasileira

A fim de compreender a relação entre China e Brasil, é importante ampliar a perspectiva para toda a região latino-americana. A China, de fato, considera a América Latina e o Caribe (ALC) como um bloco geopolítico e econômico coeso, no qual o Brasil se insere. Assim, mesmo ao analisar interações bilaterais, a política externa chinesa para com o Brasil é indissociável de sua estratégia regional mais abrangente. Fóruns como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a estratégia chinesa de *Going Global* e as políticas comerciais e de investimento chinesas frequentemente geram impactos transfronteiriços por toda a ALC.

A evolução das relações entre a China e a ALC pode ser didaticamente compreendida através de cinco estágios de desenvolvimento, conforme identificado por Juan González (2016, p. 84). O primeiro estágio, entre os séculos XVI e XIX, foi marcado pelo comércio inicial e pela chegada de comerciantes e artesãos chineses ao continente latino-americano, principalmente pela então denominada Rota da Seda. Em seguida, o segundo estágio, que se

estende do século XIX ao XX, foi moldado por dois eventos primordiais: a independência dos países latino-americanos e a migração massiva de trabalhadores chineses para a região. Essa migração mostrou-se mutuamente vantajosa, pois enquanto as recém-independentes nações latino-americanas buscavam estabilidade e desenvolvimento em meio ao caos pós-independência, os trabalhadores chineses representaram uma fonte ideal de mão de obra barata, essencial para o desenvolvimento da agricultura e da mineração na região (González, 2016, p. 85).

Ainda segundo González (2016), o terceiro estágio, de 1949 a 1976, com a China sob o governo revolucionário de Mao Zedong, as relações diplomáticas com a maioria dos países da região foram dificultadas, pois muitos deles endossavam o governo do Kuomintang¹³ como o legítimo representante da China a fim de não confrontar os Estados Unidos. No entanto, a situação começou a mudar após a Revolução Cubana em 1959, quando a China buscou então consolidar relações formais, e Cuba se tornou o primeiro país latino-americano a estabelecer laços em 1960. O Brasil, por sua vez, restabeleceu as relações com a China em 1974. Além disso, durante a Era Mao, o PCC via as sociedades latino-americanas como predominantemente agrárias e com estruturas de classe que se assemelhavam à China pré-revolução comunista – foi essa percepção chinesa que alçou a ALC, juntamente com a África, em uma categoria de países do "Terceiro Mundo", o chamado *YaFeiLa* (Ásia-África-América Latina) que, durante a Guerra Fria, compartilhavam características como a subjugação pelo imperialismo e o colonialismo ocidental, além de serem "inimigos comuns" dos Estados Unidos e seus aliados (Doria e Celada, 2016, p. 121).

A partir de 1976, com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, as relações sino-latino-americanas ingressaram em fases de intensa transformação, marcando o quarto estágio. Conforme González (2016), este período se caracteriza pelas reformas econômicas na China, que impulsionaram o país a uma potência global emergente e injetaram um novo dinamismo em suas relações exteriores. A década de 1990, por exemplo, foi um período de intensa expansão das relações China-ALC. A posterior entrada da China na OMC, em 2001, foi vantajosa para a China no longo prazo, representando um desdobramento da integração internacional chinesa que permitiu o estabelecimento de relações estáveis de comércio (Tang, 2011). Prova disso é que, em apenas dez anos após o ingresso da China na OMC, o comércio

¹³ O Kuomintang (KMT), ou Partido Nacionalista Chinês, foi fundado em 1912 por Sun Yat-sen. Em 1927, sob a liderança de Chiang Kai-shek, o KMT rompeu com o recém-fundado PCC e iniciou uma guerra civil. Após a derrota para os comunistas em 1949, Chiang Kai-shek e outros membros do KMT fugiram para Taiwan, onde estabeleceram um governo que, até aos anos 90, se autoproclamava como o legítimo governo de toda a China continental.

entre a China e a América Latina praticamente triplicou, demonstrando o aprofundamento dos vínculos econômicos entre esses atores.

O ápice dessa evolução das relações, interpretado como o quinto e mais recente estágio, foi catalisado pela crise financeira global de 2008. Segundo González (2016), esse evento provocou um reajuste sistêmico no cenário mundial e nesse contexto a América Latina emergiu como uma região atrativa e segura para investimentos, impulsionada pelo aumento dos preços das *commodities*¹⁴, o que, por sua vez, atendeu à crescente demanda da China por matérias-primas e novas áreas para investimento. Dessa forma, a relação, que começou com o comércio distante, evoluiu para uma parceria estratégica complexa e interdependente, moldada por dinâmicas econômicas e geopolíticas globais (González, 2016). A reorientação estratégica dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico¹⁵ foi acompanhada pela crescente presença chinesa na ALC, um movimento com profundas implicações nas narrativas da rivalidade entre grandes potências, dada a ascensão da China e o declínio dos Estados Unidos (Cui, 2016).

Além da periodização histórica, a trajetória recente das relações China-ALC é marcada por eventos e iniciativas estratégicas. Um documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de 2010 já descrevia o cenário de desenvolvimento das relações comerciais entre a China e a ALC, mencionando que a China emergiu da crise global fortalecida, com crescimento notável, pelo qual seu papel central na economia global sugeriria à ALC uma aliança estratégica para exportação e investimento, exigindo esforço regional para aproveitar o vasto mercado chinês (CEPAL, 2010, p. 24). Aprofundando essa compreensão, alguns marcos se destacam na trajetória recente dessa parceria estratégica. O primeiro desses marcos foi a divulgação do *white paper* — documento oficial do governo chinês — sobre as relações da China com a ALC em novembro de 2008. Embora tenha sido o documento inaugural a articular os fundamentos da política externa chinesa para a região, Shoujun Cui (2016) o descreve como excessivamente vago por empregar uma terminologia diplomática genérica. No entanto, Cui (2016) também aponta que essa política externa chinesa foi

¹⁴ O conceito abrange produtos primários (como matérias-primas) que, devido à sua baixa ou inexistente transformação industrial, possuem um baixo valor agregado. Possuem certa homogeneidade e pouca variação de qualidade.

¹⁵ Reação dos Estados Unidos ao exponencial aumento da influência chinesa no mundo, em intenção de demonstrar sua capacidade política, econômica e militar, mesmo na região do Indo-Pacífico, que é uma área de influência natural da China. Para mais detalhes, consultar “A Estratégia dos EUA para o Indo-Pacífico”, uma publicação do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx, 2022).

gradualmente lapidada para se tornar mais refinada e objetiva, demonstrando a crescente prioridade da região latino-americana na agenda de Pequim.

Outro marco significativo das relações China-ALC foi a Primeira Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, realizada em Pequim, de 8 a 9 de janeiro de 2015. Essa cúpula, que formalizou a parceria estratégica, foi precedida por duas viagens do Presidente Xi Jinping à região em 2013 e 2014. A reunião consolidou o plano chinês "1+3+6" de estrutura de cooperação para o período de 2015 a 2019, que é, por si só, um marco fundamental. Essa abordagem estabeleceu um Plano Quinquenal de colaboração bilateral, impulsionado por três motores econômicos — comércio, investimento e cooperação financeira — priorizando seis áreas essenciais: energia e recursos naturais, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica, e tecnologias da informação. Além disso, a reunião resultou na aprovação do Plano de Cooperação China-CELAC 2015–2019, acompanhado pela Declaração de Pequim e o Regulamento do Fórum. Este plano delineou 13 áreas temáticas para uma cooperação abrangente em política, segurança, comércio, investimento, finanças, infraestrutura, energia, recursos, indústria, agricultura, ciência e intercâmbio interpessoal.

Durante a abertura do evento, o Presidente Xi Jinping destacou duas metas financeiras ambiciosas: a China planejava atingir um comércio bilateral de 500 bilhões de dólares e acumular 250 bilhões de dólares em investimentos na América Latina ao longo da próxima década. Adicionalmente, o Presidente anunciou o aporte de 50 milhões de dólares para um fundo especial destinado à cooperação em agricultura. Essas iniciativas reforçaram o compromisso chinês com o aprofundamento das relações econômicas e estratégicas com os 33 países da CELAC, que foi estabelecida em dezembro de 2011 e já havia realizado cúpulas importantes no Chile (2013), Cuba (2014) e Costa Rica (2015), solidificando a crescente influência da China na região.

Aprofundando a análise sobre o caso específico do Brasil, dada a sua relevância regional e o volume de suas interações com Pequim, a trajetória das relações bilaterais, formalmente estabelecidas em 1974, reflete tanto as transformações internas de ambos os países quanto as dinâmicas do cenário internacional. Inicialmente, após o restabelecimento dos laços com a República Popular da China, as interações foram cautelosas e pragmáticas, pautadas principalmente pela busca por novos mercados e pelo alinhamento aos princípios de não intervenção e respeito à soberania — essa fase inicial, ainda que limitada em volume, estabeleceu as bases diplomáticas para um relacionamento futuro mais robusto (Jing e Ce,

2014).

A intensificação da aproximação China-Brasil ocorreu em maio de 1993, com a visita do Vice-Primeiro-Ministro chinês Zhu Rongji ao Brasil. Essa visita resultou no estabelecimento de uma parceria estratégica, um feito inédito para o Brasil, que se tornou o primeiro país a firmar tal acordo com a China (Jing e Ce, 2014). Esse passo elevou o patamar das relações, sinalizando uma intenção mútua de aprofundar laços para além do comércio convencional, englobando coordenação política e projetos de maior envergadura. A parceria estratégica refletia uma percepção crescente, por parte de Pequim, da importância do Brasil como um ator relevante na região da América Latina e Caribe e no cenário global emergente.

A virada do século XXI, em particular a partir do início dos anos 2000, marcou uma aceleração nas relações bilaterais. A visita do Presidente Lula à China em 2004 é um marco relevante dessa fase. Tal viagem não apenas culminou no reconhecimento brasileiro da China como economia de mercado — uma demanda chinesa de longa data que facilitaria as relações comerciais e de investimento — mas também na assinatura de nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais. A criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) nesse período simbolizou a busca por uma parceria de longo prazo e um mecanismo institucional para coordenar ações em diversas áreas. Para o Brasil, a China assumiu um caráter estratégico duplo: tanto como potencial aliado em fóruns internacionais, fortalecendo a agenda Sul-Sul, quanto como um vasto e crescente mercado para suas exportações e uma promissora fonte de investimentos (Borges, Martins e Nagual, 2024).

A motivação chinesa para essa reaproximação com o Brasil, e com a América Latina em geral, centrava-se na exploração de matérias-primas e recursos energéticos essenciais para sua crescente industrialização e urbanização, no aumento de lucros via venda de produtos de maior valor agregado e empréstimos, na garantia de presença no mercado sul-americano, na aquisição de tecnologia de ponta e na diversificação de negócios para fortalecer seu poder de barganha internacional (Becard, 2011). Essa dinâmica resultou na China tornando-se uma relevante importadora de insumos brasileiros, predominantemente produtos básicos, gerando assimetrias na balança comercial com o Brasil exportando primários e importando manufaturados. Em resposta a esses desequilíbrios, o Brasil lançou a Agenda China em 2008, buscando aumentar o conteúdo tecnológico das exportações, equilibrar a balança comercial e atrair investimentos chineses, inclusive para infraestrutura. O Plano de Ação Conjunta (PAC) 2010-2014, assinado por Lula e Hu Jintao, buscou formalizar e orientar essas relações. Apesar das assimetrias comerciais e das críticas de setores industriais brasileiros à concorrência

chinesa e ao status de economia de mercado da China, as relações foram além do comércio, com um significativo aumento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês no Brasil, especialmente em setores como automotivo, energia e eletrônicos, visando segurança energética, sustentabilidade de recursos e expansão de mercados (Becard, 2011).

No plano multilateral, apesar do apoio chinês para a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU não ter se concretizado¹⁶, ambos os países foram fundamentais na criação e institucionalização dos BRICS, que se tornou um pilar para a construção de uma nova ordem internacional, onde se destacou a criação do NBD em 2014. Essa articulação multilateral dos BRICS, em particular, sinalizou uma crescente confiança mútua e a busca por um novo arranjo de poder global que se refletiu diretamente nos fluxos de capital. Nesse contexto, em 2009, a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil, posição que ocupa até hoje. Essa cooperação teve ápice em 2011, quando a então presidenta Dilma Rousseff visitou a China. Durante a cerimônia de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-China em 2011¹⁷, a então presidente Dilma Rousseff destacou a China como a principal fonte de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) no Brasil. Em seu discurso, Rousseff também enfatizou que a relação entre os dois países servia como um exemplo notável de cooperação Sul-Sul.

A referência de Rousseff à dinâmica Sul-Sul dialoga com a própria evolução da política externa chinesa. Desde o início dos anos 2000, a diplomacia de Pequim tem enfatizado o avanço pacífico da China como potência regional e mundial, o conceito de multipolaridade e a utilização das organizações internacionais como mecanismo primário de sua política externa (Cui, 2016). Essa abordagem posiciona sua relação com a ALC como parte integrante da estrutura Sul-Sul do sistema político global, impulsionada pelo interesse mútuo em romper com a ordem global tradicional e estabelecer uma colaboração estratégica (Cui, 2016, p. 28). A emergência do Sul Global, caracterizada pela crescente influência econômica de economias emergentes, redefiniu o cenário econômico mundial, questionando a tradicional hierarquia Norte-Sul, onde poucos países ricos detinham o poder, mas, apesar da alteração nos fluxos de capitais, a participação dos países em desenvolvimento na governança

¹⁶ Há décadas, o Brasil pleiteia uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), buscando preencher o vácuo da ausência da América Latina nesse órgão. Apesar do apoio de várias nações, incluindo membros permanentes como a China, a reforma do CSNU não se concretizou. Mesmo assim, as intenções do Brasil permanecem firmes até a atualidade.

¹⁷ A íntegra do discurso de Dilma Rousseff pode ser acessada em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-encerramento-do-seminario-empresarial-brasil-china-para-alem-da-complementaridade>.

econômica e financeira global permanece sub-representada, com as potências tradicionais mantendo seu domínio em instituições como o Banco Mundial e o FMI (Cui, 2024, p. 25). Nesse cenário, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS representou um esforço bem-sucedido de cooperação, com a China e o Brasil atuando juntos para tal objetivo.

Entretanto, é fundamental reconhecer que, embora relevante enquanto categoria de análise para descrever os princípios de engajamento da China com a América Latina e o Caribe (ALC) e, conseqüentemente, com o Brasil, a dinâmica de Cooperação Sul-Sul não é isenta de contradições. A ascensão econômica singular da China e as particularidades de sua balança comercial e de investimentos com o Brasil suscitam debates pertinentes, como a discussão sobre a sustentabilidade ambiental dos projetos de infraestrutura e investimentos chineses, o impacto nas cadeias produtivas locais, e o debate sobre uma nova relação de dependência da ALC, e, portanto, do Brasil, em relação à China (Braga e Matos, 2025). Contudo, essa relação de dependência, por atravessar as particularidades do desenvolvimento da China, pode ser mais bem compreendida para além da tradicional lógica "centro-periferia", mobilizando o conceito de "quase-centro-periferia" proposto por Cheng e Zhai (2021). Nas próximas seções, este trabalho aprofundará as especificidades dessa relação, concentrando-se nos IEDs, e os debates pertinentes à dependência.

No que tange os investimentos estrangeiros diretos, a relevância do Brasil como destino de IEDs chineses é um indicativo da prioridade estratégica que Pequim atribui à relação bilateral. A partir de 2010, a China se tornou a principal fonte de investimento direto estrangeiro no Brasil, superando inclusive os fluxos de países tradicionalmente investidores, como os Estados Unidos, totalizando US\$13,1 bilhões em investimentos chineses no ano (CEBC, 2013). Exemplos notáveis incluem a atuação da empresa chinesa State Grid no setor elétrico, com aquisição de participações em empresas de transmissão e distribuição e a construção de grandes linhas de transmissão. No setor de petróleo e gás, empresas como a Sinopec e a CNOOC realizaram investimentos consideráveis na exploração e produção. No agronegócio, empresas como a Citic Agriculture, que atua no Brasil desde 2017, também têm feito aportes significativos.

A partir de 2014, o cenário das relações Brasil-China ganhou novas nuances, influenciado por fatores internos e externos que redefiniram as prioridades de ambos os países. No Brasil, a instabilidade política e econômica a partir do segundo governo Dilma

Rousseff e, posteriormente, a recessão econômica pós-golpe¹⁸ em 2016, teve um impacto negativo nos investimentos estrangeiros, com uma significativa redução na entrada de capital no país. Ao mesmo tempo, a China lançava a Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR) em 2013 e, embora o Brasil não tenha aderido formalmente à BRI (*Belt Road Initiative*) em sua totalidade, a lógica de projeção de investimentos chineses em infraestrutura e conectividade global perpassou sua estratégia bilateral (Peters, 2023). Apesar de um período de arrefecimento nas relações Brasil-China durante o governo Bolsonaro (2019-2022), marcado por retóricas ideológicas anticomunistas, sinofobia e um alinhamento mais pronunciado aos Estados Unidos, a China continuou sendo o principal parceiro comercial e investidor, uma evidência da primazia dos interesses econômicos sobre as divergências políticas (Borges, Martins e Nagual, 2024).

A volta do governo Lula em 2023 marcou a retomada das relações político-diplomáticas com a China. A visita presidencial a Pequim em abril de 2023 reafirmou a parceria estratégica entre os países, introduzindo temas relevantes como a questão do uso do *renminbi* (RMB) nas transações bilaterais e a neointustrialização do Brasil (Santos et al., 2024). Contratos significativos foram assinados, sinalizando a busca por uma diversificação das relações econômicas e atração de investimentos para setores de maior valor agregado e infraestrutura que, no Brasil, muitas vezes são escassos (Borges, Martins e Nagual, 2024). Os novos passos das relações entre Brasil-China ainda mostrarão seus resultados, mas já é possível analisá-los preliminarmente, inclusive sob a ótica da perda de espaço do Brasil perante o Mercosul (Santos et al., 2024).

Em retrospecto, a trajetória das relações entre China e Brasil, desde o restabelecimento diplomático em 1974 até o panorama mais recente, revela uma evolução de laços inicialmente modestos para uma parceria estratégica de alcance global. Impulsionada pelas reformas econômicas chinesas e pela ascensão do Brasil como uma economia emergente, essa relação se aprofundou substancialmente, especialmente a partir dos anos 2000. Brasil e China eram vistas como potências emergentes similares, mas China desenvolveu uma política externa mais assertiva e se tornou a segunda potência econômica mundial na década de 2010 enquanto o Brasil, especialmente após o golpe de 2016, acumulou crises perdendo coerência e

¹⁸ A utilização do termo "golpe" para se referir ao processo de impeachment de 2016 é uma perspectiva sustentada por diversos intelectuais e ativistas, que defendem a ocorrência de uma ruptura institucional. Essa interpretação é amplamente explorada na coletânea "Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil" (Boitempo, 2016). A obra, idealizada coletivamente, apresenta análises de autores como André Singer, Michel Lowy, Luis Felipe Miguel e Marilena Chauí, que examinam com rigor as áreas da democracia, do judiciário, das políticas sociais e da própria legitimidade da ruptura.

protagonismo na política internacional (Santos et. al, 2024). Em termos comerciais, o Brasil consolidou-se como o principal parceiro da China na América Latina e um destino estratégico para os IEDs chineses. Essa crescente inserção dos investimentos chineses no Brasil, marcada por sua escala e diversidade setorial, coloca questões complexas sobre seus impactos econômicos, sociais e ambientais. Se, por um lado, eles representam uma fonte vital de capital para o desenvolvimento de infraestrutura e a modernização de setores produtivos, por outro, suscitam debates sobre a sustentabilidade dessas relações, o aprofundamento das assimetrias comerciais e o potencial de reforço de padrões de dependência (Braga e Matos, 2025).

Em termos quantitativos, a presença chinesa no portfólio de investimentos brasileiros é notável. Em 2010, a China tornou-se o vigésimo maior investidor no Brasil, com uma participação de 0,75% do total (Pochmann, 2011). Segundo dados do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), entre 2007 e 2020, empresas chinesas realizaram 176 empreendimentos no país, com investimentos somando US\$66,1 bilhões. Nesse período, o Brasil recebeu 47% dos investimentos chineses direcionados à América do Sul. A partir de 2017, o número de projetos chineses no Brasil manteve-se em patamares relativamente altos, variando entre 24 e 32 por ano. A exceção foi 2020, quando apenas 8 empreendimentos foram registrados devido ao ápice da pandemia de Covid-19. Em 2023, o Brasil consolidou-se como o nono maior destino de capital produtivo chinês, mantendo a mesma posição do ano anterior. Recentemente, países em desenvolvimento têm dominado os investimentos globais da China, representando 9 dos 10 principais destinos em 2023. Em termos de estoque acumulado, os investimentos chineses no Brasil entre 2007 e 2023 totalizaram US\$73,3 bilhões, distribuídos em 264 projetos confirmados.

A regionalização desses investimentos também se tornou mais notória. Enquanto o Sudeste historicamente concentrou grande parte dos IEDs, o Norte do Brasil, e em particular a Amazônia, emergiu como uma região de crescente interesse para o capital chinês. Dados compilados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e analisados pela Plataforma Cipó (2022) indicam que, entre 2007 e 2020, US\$ 11 bilhões dos US\$66 bilhões em investimentos diretos chineses no Brasil foram destinados à Amazônia Legal¹⁹ – o equivalente a 16,7% do total. Esse dado reflete a busca por novas fronteiras de recursos, especialmente minerais e energéticos, e a necessidade de desenvolver infraestruturas que facilitem a exploração e o escoamento desses recursos na região. Além de financiar infraestrutura, como

¹⁹ A Amazônia Legal abrange 61% do território brasileiro, incluindo Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

estradas e ferrovias, a China é um dos principais importadores de *commodities* amazônicas, especialmente minério de ferro, soja e carne bovina. No entanto, o documento elaborado pela Plataforma Cipó destaca que esses setores estão frequentemente associados ao desmatamento em larga escala, levantando preocupações sobre os impactos socioambientais dos investimentos chineses na região.

Nesse contexto de crescente interconexão, a regionalização dos investimentos chineses para a Amazônia marca um ponto de inflexão na dinâmica bilateral Brasil-China. A busca por recursos e o desenvolvimento de infraestruturas logísticas nesse bioma de sensibilidade ambiental global impõe um novo conjunto de desafios, adicionando uma camada de complexidade e debate às relações sino-brasileiras e exigindo uma análise aprofundada dos elementos envolvidos. As próximas seções estão dedicadas a analisar mais detidamente a natureza e os efeitos desses investimentos na Amazônia Legal brasileira, explorando as particularidades e as implicações da presença chinesa na região.

3. INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS CHINESES NA AMAZÔNIA (2014-2024)

3.1. Definições e metodologia

Compreender a dinâmica dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) demanda uma abordagem metodológica rigorosa, especialmente devido às complexidades inerentes à sua definição, às divergências nas metodologias e fontes estatísticas utilizadas. Dussel Peters (2023) enfatiza que, apesar do crescente interesse no tema dos IEDs chineses na América Latina, a análise das fontes de dados raramente recebe a atenção devida. Enquanto pesquisadores chineses tendem a se basear em órgãos como o *National Bureau of Statistics* (NBS) e o Ministério do Comércio (MOFCOM), autores de outras nacionalidades frequentemente recorrem a fontes diversas, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o *China Global Investment Tracker* (CGIT) (Peters, 2023, 315). Essa multiplicidade de fontes, aliada às variações metodológicas intrínsecas a cada uma, resulta em dados drasticamente distintos.

Um dos aspectos mais críticos apontados por Dussel Peters (2023) é a forma como o IED é registrado, especialmente pelo MOFCOM, que contabiliza apenas o primeiro destino do IED chinês fora da China. Essa metodologia explica por que centros financeiros *offshore* como Hong Kong, Luxemburgo, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas aparecem como destinos predominantes, representando, por exemplo, 70,04% do investimento estrangeiro chinês entre 2004 e 2019 e impressionantes 89,43% do total direcionado à ALC no mesmo período (Peters, 2023, p. 315). Consequentemente, a inclusão ou exclusão desses centros pode gerar diferenças nos dados de volume de IED mesmo utilizando a mesma fonte oficial. Adicionalmente, de acordo com Peters (2023), as discrepâncias se estendem à distinção entre fluxos de IED efetivamente realizada e meros anúncios, ou ainda à falta de clareza na separação entre IED e projetos de infraestrutura, além da inclusão de investimentos que nunca se concretizaram ou foram cancelados.

Essa complexidade também foi descrita nas considerações metodológicas de relatórios realizados pelo Centro Empresarial Brasil-China (Cariello, 2023). De acordo com a CEBC, o Boletim Estatístico Anual sobre Investimento Estrangeiro Direto da China no Mundo, compilado pelo MOFCOM — além das distorções causadas pela passagem de investimentos por centros financeiros *offshore* — baseia sua compilação em aprovações governamentais de

projetos, no lugar de refletir os fluxos de capital efetivos. Do mesmo modo, os dados de IED no Brasil, compilados pelo Banco Central, sofrem de problemas similares, pois registram apenas o último destino do capital antes de sua entrada no país, o que oculta a eventual passagem do investimento por *offshores* (Cariello, 2023). Essas limitações compartilhadas pelas fontes oficiais de ambos os países, reiteradas pelas análises de Peters (RED ALC-China) e Cariello (CEBC), demonstram a dificuldade de se obter uma imagem precisa e desagregada dos fluxos de IED.

Portanto, dada a complexidade dos dados de IED, as distintas definições e metodologias empregadas pelas fontes oficiais, e considerando que tais dificuldades tendem a se acentuar em análises regionalizadas como a da Amazônia, adota-se para este trabalho uma metodologia mista, que integra elementos qualitativos e quantitativos. Primeiramente, prioriza-se a análise dos relatórios do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC). Com uma metodologia própria robusta, baseada na investigação de notícias veiculadas na imprensa, websites de empresas e governos, além de informações diretas de representantes de empresas chinesas e fontes confidenciais (Cariello, 2023), esses relatórios oferecem um ponto de partida satisfatório para a compreensão dos fluxos de IED. Paralelamente, são analisados os relatórios do *Monitor de la OFDI China en América Latina y el Caribe*, elaborado pela Red ALC-China, servido de complemento à investigação dos investimentos chineses na região amazônica. Adicionalmente, torna-se essencial o levantamento de dados da imprensa e da mídia em geral, que frequentemente anunciam as principais decisões de investimento estrangeiro em setores específicos do Brasil. A utilização dessas fontes secundárias é justificada pela dispersão e pela dificuldade de acesso a dados primários consolidados sobre IEDs em um recorte regional como o da Amazônia.

Quanto ao recorte temporal pretendido neste estudo, a década de 2014-2024 foi selecionada como recorte temporal por sua relevância estratégica na análise da dinâmica dos IEDs chineses no Brasil. Este período marca um ponto de virada no cenário político e econômico brasileiro, que se manifesta desde 2014 com o início de uma grave recessão econômica e uma profunda crise político-institucional, culminando no processo de golpe sobre o mandato de Dilma Rousseff em 2016 (Lowy, 2016). A sucessão de governos, incluindo a gestão de caráter neoliberal de Michel Temer e a administração de Jair Bolsonaro, que adotou uma retórica e postura diplomática hostil em relação à China, impôs um ambiente de alta volatilidade e incerteza. A retomada do governo Lula em 2023, fecha a década com uma nova fase de adaptação. Portanto, o período de recorte temporal deste trabalho é

importante para a análise da complexa interação entre a política interna brasileira, a estratégia de investimento chinês e as implicações dessa relação. Para a Amazônia Legal, esse período assume uma dimensão ainda mais fundamental, dado que a crise econômica nacional e as mudanças de governo podem ter impactado a dinâmica para a atração de investimentos em setores-chave da região, como infraestrutura, energia e exploração de recursos naturais, áreas de notório interesse internacional. As alterações nas políticas ambientais e fundiária em determinados governos também podem ter reconfigurado o ambiente de investimento na região, influenciando tanto a atratividade quanto a natureza dos projetos, aspectos que determinam essa conjuntura particular como rico objeto para a análise de investimentos chineses na Amazônia Legal brasileira.

Quanto à definição de Investimento Externo Direto (IED), na atualidade, este é delineado como o capital aportado por uma entidade estrangeira com a finalidade de estabelecer atividades econômicas de longo prazo em outro país (Siqueira, 2022). Tais investimentos podem materializar-se tanto por meio de fusões e aquisições (integrais ou parciais) de empresas locais, quanto pela implantação de novas unidades produtivas, os projetos que iniciam do zero, conhecidos como investimentos *greenfield*. Neste trabalho, somam-se a essa definição os aportes de capital em projetos de infraestrutura. A inclusão desses projetos justifica-se pela relevância que o financiamento e a execução de obras de infraestrutura pela China adquiriram em diversos países da América Latina nos últimos anos. Na última década, a China já realizou importantes obras de infraestrutura na América do Sul, como na Argentina (com projetos ferroviários), no Equador (em hidrelétricas) e no Peru (em portos), dentre outros, consolidando sua presença e influência econômica na região.

Por fim, a coleta e análise dos dados de IEDs na Amazônia Legal brasileira pautam-se por um delineamento que abrange múltiplas dimensões do investimento. Procura-se identificar o tipo específico de aporte de capital, diferenciando-o entre fusões, aquisições e investimentos *greenfield*. Adicionalmente, busca-se classificar a propriedade da empresa investidora (pública ou privada), bem como a atividade econômica de destino do capital: agricultura, energia, extrativismo, entre outras atividades relevantes para a região. Com base nesses delineamentos metodológicos e nas informações coletadas a partir dos dados, serão desenvolvidas as análises subsequentes, visando atingir os objetivos deste trabalho em compreender os significados e implicações dos IEDs chineses na Amazônia Legal brasileira no período 2014-2024.

3.2. Os dados de investimentos chineses na Amazônia brasileira (2014-2024)

A análise dos dados levantados (integralmente disponibilizados nos Apêndices A e B) demonstra que a dinâmica do investimento chinês na Amazônia Legal no período de 2014 a 2024 flutuou consideravelmente em termos de volume de aporte, como se pode observar no Gráfico 1. Os anos de 2014 e 2016, por exemplo, registraram alto valor de investimento, impulsionados, respectivamente, pela aquisição da Noble Agri pela COFCO e pelo anúncio do projeto da siderúrgica da CBSteel no Maranhão. De forma similar, 2019 e 2020 também apresentaram volumes expressivos, decorrentes de aportes em projetos de infraestrutura como a linha de transmissão Xingu-Rio da estatal chinesa State Grid e as ferrovias Ferrogrão e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO. Em contrapartida, anos como 2015 e 2022 registraram os menores aportes. É possível notar, ainda, que os investimentos chineses na região estão estrategicamente inseridos em setores-chave como energia (principalmente o setor elétrico), transporte e agronegócio, priorizando a aquisição de ativos e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura.

Quanto à propriedade das empresas investidoras, no caso dos IEDs, há uma distribuição similar entre propriedade privada e pública no período analisado: oito empresas públicas realizaram investimentos diretos e 11 empresas privadas. De modo inverso, as empresas estatais (*State-Owned Enterprises*) dominam quase a totalidade dos investimentos realizados em projetos de infraestrutura. Companhias como a China Three Gorges, State Grid e a China Communications Construction Company são os principais atores, cujos projetos e investimentos estão alinhados com as diretrizes do governo central chinês por se tratarem de SOEs. Essa característica demonstra que os investimentos chineses são parte de um processo planejado pelo Estado, e não meramente a ação de capital privado.

Gráfico 1 — Evolução Anual dos investimentos chineses na Amazônia Legal (2014-2024)

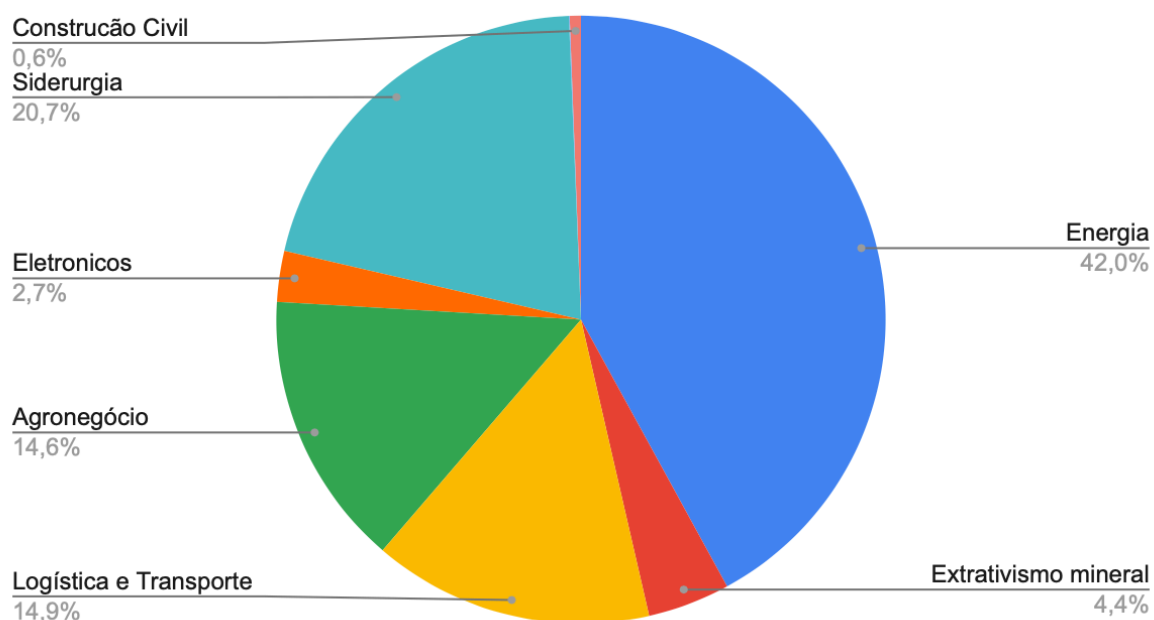


Fonte: Elaboração da autora com base em dados do CEBC e da Rede ALC-China.

Na análise dos dados de acordo com os segmentos da economia, os investimentos no setor de energia são preponderantes, e o IED chinês demonstra uma estratégia de entrada com predomínio de fusões e aquisições de ativos já operacionais. O principal ator dessa dinâmica é a China Three Gorges Corporation – CTG que, em 2014, realizou aportes que totalizaram US\$572 milhões para adquirir participações em usinas hidrelétricas estratégicas. A CTG, por meio de sua subsidiária CTG Brasil, adquiriu 50% da usina de Santo Antônio do Jari (PA), 50% da usina de Cachoeira Caldeirão (AP) e 33,3% da usina de São Manoel (MT), tornando-se rapidamente uma das principais forças do setor energético. Paralelamente, a State Grid, uma das maiores empresas estatais da China, concentrou sua atuação em projetos de infraestrutura de transmissão. Em 2014, a estatal chinesa venceu o leilão para a construção da primeira linha de transmissão de energia de Belo Monte, em um consórcio com a Eletrobras, e, em 2018 e 2019, expandiu sua participação ao ganhar outros leilões para novas linhas que cruzam estados da Amazônia Legal. O Gráfico 2 demonstra a distribuição dos investimentos chineses na Amazônia Legal para cada segmento.

Gráfico 2 — Distribuição dos investimentos chineses na Amazônia Legal por setor (2014-2024)

Distribuição de investimentos por segmento (2014-2024)



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do CEBC e da Rede ALC-China.

Geograficamente, os dados evidenciam uma concentração de investimentos nos estados do Pará e Mato Grosso, territórios basilares para a matriz exportadora brasileira de *commodities*. Infere-se que a lógica por trás dessa concentração seja a necessidade de garantir o escoamento de produtos, como grãos, minérios e proteína animal, que são primordiais para a segurança alimentar e energética da China (Du, 2018; Ren, 2020). Além disso, deve-se notar os investimentos realizados no estado do Amazonas, os quais se concentram no setor industrial e de componentes eletrônicos, principalmente através da implantação de fábricas e aquisição de ativos no Polo Industrial de Manaus – PIM, onde há mais de 20 fábricas de origem chinesa (Brito, 2023).

Em relação à necessidade de garantir o escoamento de *commodities*, os setores de logística e transportes emergem como eixo fundamental para a estratégia de ampliar os corredores dos produtos, complementando os investimentos no agronegócio. Projetos de grande porte como a Ferrovia Ferrogrão e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO, procuram otimizar o transporte de produtos do interior do país para os portos do Arco Norte, um conjunto de portos localizados nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia que são

fundamentais no escoamento de grãos como soja e milho e diminuem a dependência do tradicional Porto de Santos, localizado no Sudeste do Brasil.

O escoamento da produção agroexportadora brasileira pelo Arco Norte do país confere uma vantagem estratégica, sobretudo para o transporte de grãos. Ao direcionar a logística diretamente para o Atlântico, os projetos de infraestrutura para escoamento reduzem o tempo de navegação até mercados importantes como a Europa — o segundo maior destino da soja do Brasil — e a China, a principal compradora. A atuação de empresas estatais como a *China Railway Eryuan Engineering Group* e a *China Communications Construction Company* – CCCC sugere que a infraestrutura de transportes para o escoamento de *commodities* é uma prioridade estratégica do Estado chinês. Em 2016 a CCCC adquiriu 80% da empresa brasileira de engenharia Concremat, a aquisição é um dos marcos de entrada da CCCC no mercado brasileiro, com foco em projetos de infraestrutura.

Os dados revelam ainda investimentos de alto valor no setor do agronegócio no estado de Mato Grosso — que se estendem a outros estados na região. O caso mais emblemático é o da COFCO, a maior empresa estatal de alimentos da China, que em 2014 realizou a aquisição de 51% da Noble Agri, garantindo acesso direto à produção e exportação de grãos. O processo foi consolidado em dezembro de 2015, com a aquisição dos 49% restantes, em uma operação que tornou a Noble Agri uma subsidiária integral da COFCO, que realiza operações na região amazônica, focada no agronegócio, como parte de sua cadeia global de suprimentos. Além disso, em 2016, a privada Hunan Dakang Pasture investiu US\$2,04 bilhões para adquirir a Fiagril, com filiais nos estados de Mato Grosso, Tocantins, Pará e Rondônia. Nos últimos anos, surgiram notícias de que a Dakang decidiu colocar à venda praticamente toda a sua operação de originação de grãos em Mato Grosso, mas essas informações não foram confirmadas. Para uma reportagem da revista *Veja* em 2024²⁰, o grupo Pengxin (que detém o controle do braço agrícola Dakang) diz não ter planos de sair do Brasil e que continua pesquisando o mercado, com foco em toda a cadeia do agronegócio. Em 2017, empresas chinesas adquiriram ativos da Fumagalli para um projeto de construção de silos para armazenamento de grãos em Mato Grosso.

O aporte de investimento para a construção de uma planta siderúrgica foi anunciado em 2016, mas o projeto encontrou uma série de problemas que o mantiveram paralisado e atualmente não existem atualizações sobre o seu andamento. Este caso específico ilustra as

²⁰ A reportagem da revista *Veja* sobre a empresa chinesa Pengxin está disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/braco-agricola-de-empresa-chinesa-deixa-o-brasil/>

complexidades e os desafios socioambientais que serão abordados em maior profundidade na Seção 4. Conforme reportagem do The Intercept Brasil de 2020²¹, o projeto gerou conflitos territoriais, com a remoção de famílias das comunidades de Jambuca e Batista. Em 2023, o então governador do Maranhão, Carlos Brandão, participou da agenda da comitiva brasileira que acompanhava o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma viagem institucional à China, e uma das pautas foi a retomada do projeto da planta siderúrgica.

O extrativismo mineral, embora com apenas um aporte significativo identificado, também se destaca por uma particularidade que merece menção. Em 2021, a peruana Minsur S.A. assinou um acordo de venda para transferência total de suas ações da Mineração Taboca S.A., que opera a mina de Pitinga no Amazonas, para a *China Nonferrous Trade Company*, subsidiária da *China Nonferrous Metal Mining Group Company*. A transação gerou uma onda de desinformação, amplamente divulgada em redes sociais e sites, com a falsa alegação de que a China havia comprado a maior reserva de urânio do Brasil. Embora não seja o objeto deste trabalho, cabe mencionar esse acontecimento como um estudo de caso para a discussão do fenômeno *China Fear*²². Na realidade, a Pitinga é a maior mina de estanho da América do Sul, com subprodutos como nióbio e tântalo. O urânio, presente em resíduos de baixo teor, é um subproduto cuja exploração é monopólio da União (BRASIL, 2022).

A análise dos dados de investimentos diretos de acordo com os tipos de entrada demonstra que as fusões e aquisições e a compra de ativos são o formato preponderante para os investimentos chineses na Amazônia Legal, especialmente em setores estratégicos como energia e agronegócio. Conforme o Gráfico 3, essa modalidade superou os projetos *greenfield* (implantação de novas operações), que se concentraram em setores industriais específicos, como os exemplos no Polo Industrial de Manaus. A preferência por fusões e aquisições, como nos casos da COFCO e da China Three Gorges, pode ser reflexo de uma estratégia de entrada mais rápida, que garante o acesso a cadeias de valor e infraestruturas já existentes. Por outro

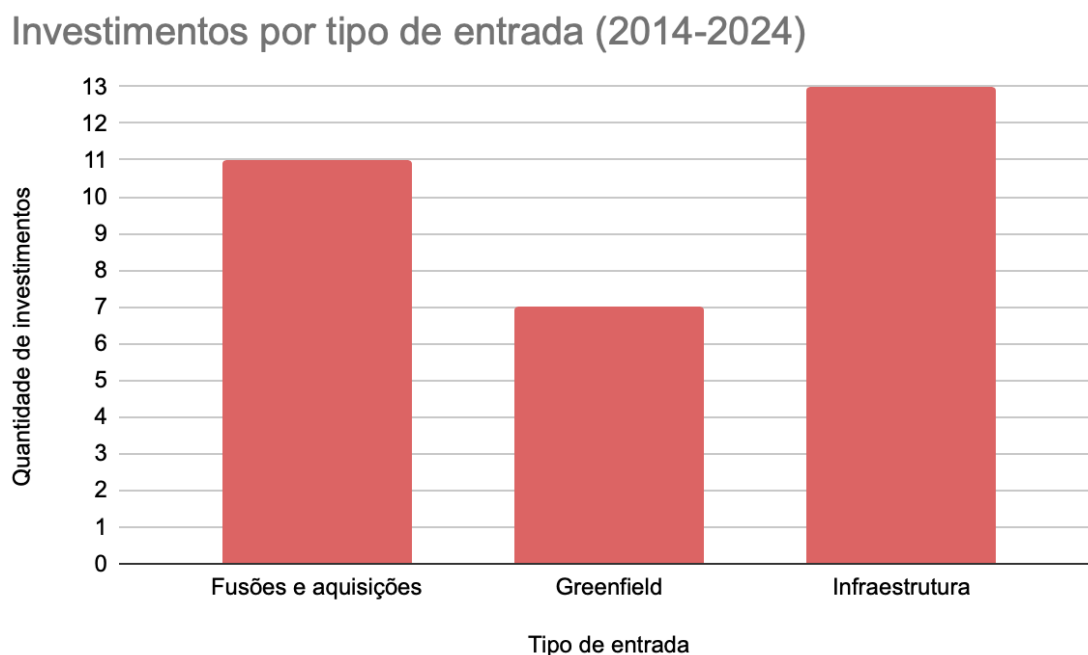
²¹ O caso dos desafios socioambientais, em específico as denúncias de desmatamento na Amazônia ligadas a empresas siderúrgicas, foi tema de reportagem do Brasil de Fato, publicada em parceria com o The Intercept Brasil:

<https://www.brasildefato.com.br/colunista/marques-casara/2020/02/03/os-verdadeiros-desmatadores-da-amazonia-a-nao-estao-lista-do-the-intercept/>

²² A narrativa de que a China estava comprando a reserva de urânio do Brasil foi um dos exemplos mais notórios de "*China Fear*", o "medo da China". Esse termo é frequentemente ancorado em declarações oficiais de entidades estadunidenses, como o FBI, que têm alertado para uma suposta "ameaça chinesa" no mundo. Essa desinformação foi rapidamente adotada por alguns parlamentares de extrema-direita, que a utilizaram como base para questionar a soberania nacional e a política externa do governo. Embora os debates sobre soberania sejam válidos, a apropriação de notícias falsas sobre a presença chinesa no Brasil, especialmente em setores estratégicos, reflete a flagrante sinofobia presente em alguns setores do país.

lado, é possível notar que os investimentos em projetos de infraestrutura superaram os investimentos diretos — isso também corrobora a decisão metodológica de incluir os projetos de infraestrutura na análise dos investimentos chineses, dada sua relevância.

Gráfico 3 — Distribuição dos investimentos chineses por tipo de entrada (2014-2024)



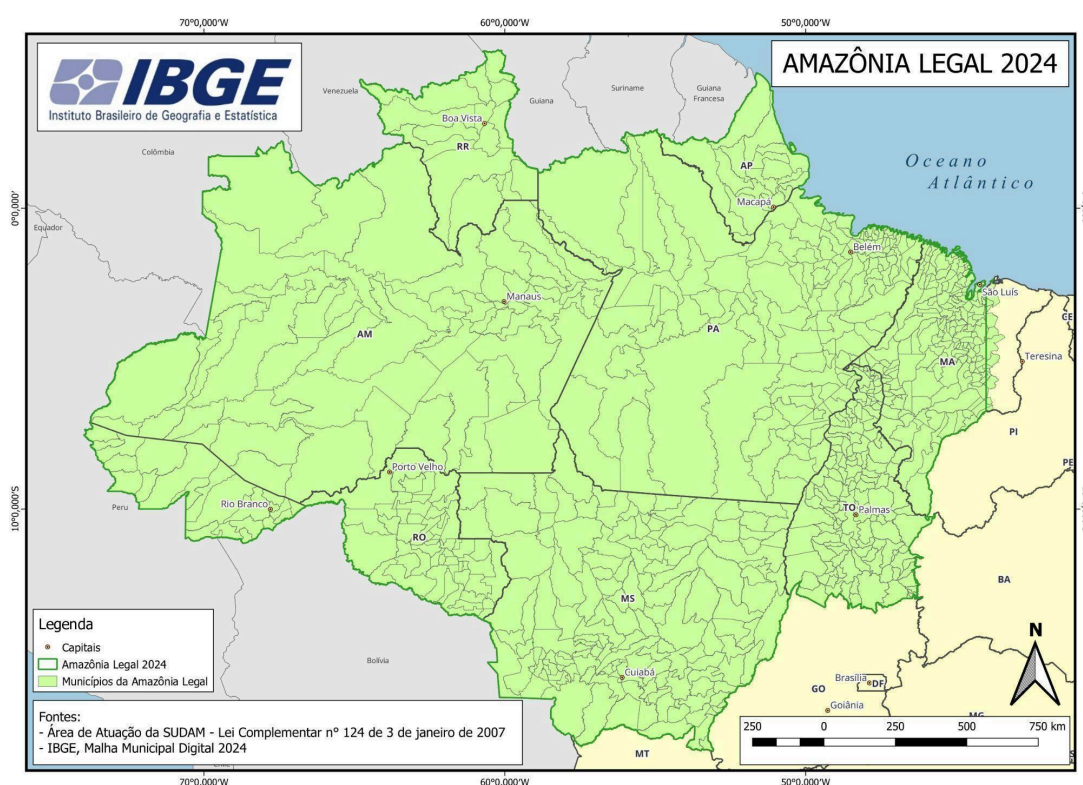
Fonte: Elaboração da autora com base em dados do CEBC e da Rede ALC-China.

Em síntese, a análise empírica dos dados de investimento chinês na Amazônia Legal entre 2014 e 2024 demonstra a predominância de grandes aportes em setores-chave como energia, agronegócio e transporte. Existe uma concentração geográfica em Estados com forte atuação exportadora de *commodities*, além da revelação do papel estratégico das empresas estatais chinesas e, no que tange especificamente aos IEDs, a preferência por aquisições de ativos já consolidados. No entanto, os dados por si só não expressam a totalidade da relação China-Brasil no contexto da Amazônia. É fundamental examinar a intrínseca relação entre a demanda chinesa por produtos primários e a lógica de desenvolvimento agroexportadora e extrativista do Brasil, além dos desafios socioambientais e da relação de capitalismo de dependência sustentados nessa dinâmica. Para tanto, a próxima seção deste trabalho irá além da dimensão meramente empírica dos investimentos, aprofundando-se na análise das implicações de casos específicos.

4. OS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia Legal Brasileira abrange 61% do território nacional, estendendo-se por aproximadamente 5 milhões de km² e incluindo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Essa delimitação deriva de um conceito político-administrativo estabelecido em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de planejar a integração territorial e o desenvolvimento econômico da região.

Figura 1 — Mapa da Amazônia Legal Brasileira



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE).

Embora cada estado da Amazônia Legal possua seus processos próprios de formação sócio-histórica (Castro e Campos, 2015), as transformações decorrentes do modelo de desenvolvimento imposto no espaço amazônico, sobretudo a partir do século XX e intensificadas no século XXI, resultaram em uma região que compartilha profundas contradições socioeconômicas e ambientais. Como demonstra Edna Castro (2015), a formulação de políticas para o progresso nacional, a integração e a industrialização, debatidas nas décadas de 1950 e 1960, concebiam o desenvolvimento capitalista reduzido ao crescimento econômico, sem questionar suas consequências. A ausência desse questionamento crítico,

especialmente a nível governamental, permitiu que a inserção econômica da Amazônia permanecesse e continue predominantemente marcada por um modelo extrativista e de *commodities*, gerando constante pressão sobre as terras e sobre o meio-ambiente.

É a partir da década de 1960, sob o regime da ditadura empresarial-militar, que os primeiros investimentos estrangeiros, predominantemente na extração de alumínio e manganês, na Amazônia foram realizados por multinacionais buscando fontes alternativas para atender ao crescimento do mercado consumidor global e prevenir a escassez (Wegner e Fernandes, 2018). Nesse período, também foram construídas infraestruturas rodoviárias, como a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163), e a Belém-Brasília foi concluída. Essa abordagem de desenvolvimento implementada na Amazônia, aprofundada no período da ditadura militar, resultou na intensa expansão das fronteiras de pecuária, agrícola e mineral. Há uma continuidade histórica que se manifesta na persistência de um modelo predatório que privilegia os interesses e lucros de atores externos à região, em detrimento das comunidades locais, do meio ambiente e do próprio desenvolvimento justo do país. Atualmente, a mineração e o agronegócio, com estrutura voltada para a exportação de *commodities*, dominam a economia regional, operando tanto dentro da legalidade quanto na ilicitude.

É importante destacar também que a Amazônia possui um valor geopolítico intimamente ligado aos seus recursos naturais, os quais incluem minérios, recursos hídricos, energéticos e vastas porções de terra. O reconhecimento de tal potencialidade desperta o interesse estrangeiro desde a época colonial, convertendo a Amazônia em um cenário de acirrada disputa entre diversos países (Miyamoto, 2008). Contudo, essas disputas não se restringem ao plano internacional; elas também ocorrem no âmbito nacional, movidas pelos interesses político-econômicos das burguesias internas. Como observa Edna Castro (2008, p. 43), a região, “imensa fronteira de recursos e vizinha da maior parte dos países do continente, manancial de recursos e biodiversidade, é também uma área de estratégia geopolítica e de competitividade nacional”.

Ademais, a vasta extensão da Amazônia, compartilhada por diversos países, originou iniciativas como o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978, criado para promover o desenvolvimento harmonioso e o bem-estar das populações. Contudo, essa tensão entre a conservação e o crescimento econômico se aprofundou com a criação de megaprojetos voltados à integração logística da região, os quais, muitas vezes, não alinham seus objetivos aos princípios de sustentabilidade do TCA (Aguiar, 2017). A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada em 2000, é um exemplo dessa

dinâmica, representando uma tentativa ambiciosa de ordenamento territorial voltado para o escoamento de *commodities*. As subseqüentes transformações políticas na América do Sul levaram à reconfiguração do programa para o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) em 2009, mas, apesar da mudança institucional, a essência do projeto permaneceu inalterada, mantendo o foco na constituição de eixos integradores com vistas à exportação de *commodities*. Paralelamente, no âmbito nacional, o projeto do Arco Norte também representa um esforço estratégico para alinhar os interesses do agronegócio, garantindo as condições para a construção de ferrovias, hidrovias e portos. Em conjunto, essas iniciativas visam inserir a Amazônia em um consórcio logístico voltado ao fluxo de produtos, do qual a China emerge como o principal parceiro comercial e um dos mais importantes investidores.

Os fluxos de investimento chinês na Amazônia Legal — seja na forma de investimento estrangeiro direto ou via aportes em projetos de infraestrutura — apresentam uma evidente concentração em setores estratégicos, diretamente relacionados à demanda da China por produtos primários. Tal dinâmica, entretanto, não pode ser interpretada como mera decorrência da “demanda chinesa”, mas sim como um movimento que se articula a estruturas internas já consolidadas no país brasileiro. Como apontam Christoffoli e Almeida (2023), os processos de desenvolvimento agrário na China e no Brasil possuem trajetórias historicamente distintas: enquanto no caso chinês prevalece um modelo orientado pelo planejamento estatal e pela centralidade da segurança alimentar, no Brasil a expansão do agronegócio resulta da hegemonia de políticas agrárias subordinadas ao capital financeiro e às corporações transnacionais. Nesse sentido, a presença chinesa na Amazônia não constitui um fator causal autônomo, mas antes um elemento que se integra e potencializa o padrão agroexportador e dependente historicamente estruturado no país. A seção 5 aprofundará essa discussão crítica, mobilizando a literatura sobre desenvolvimento e, especialmente, a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

A análise empírica dos investimentos chineses na Amazônia ganha robustez ao considerar projetos emblemáticos de infraestrutura, como a Ferrogrão (EF-170). Planejada para conectar o norte de Mato Grosso aos portos do Arco Norte, a ferrovia visa reduzir custos logísticos e consolidar uma rota estratégica para o escoamento da produção de grãos. Embora articulada por empresas do agronegócio brasileiro, sua racionalidade econômica está profundamente associada à expansão das exportações de *commodities* para o mercado chinês, evidenciando a convergência entre a demanda externa e as estratégias internas de acumulação.

Nesse sentido, a Ferrogrão materializa a interseção entre a geopolítica chinesa e as agroestratégias nacionais, reforçando a inserção da Amazônia em cadeias globais de valor dependentes da reprimarização produtiva²³ (Aguiar, 2017). Ao mesmo tempo, trata-se de um empreendimento de elevado custo socioambiental, que incide sobre terras e comunidades locais. Sua suspensão pelo Supremo Tribunal Federal exemplifica as tensões inerentes à expansão dessa infraestrutura, de um lado a promessa de competitividade e integração logística, de outro, os impactos sobre o território e a conservação ambiental da região.

Além dos entraves jurídicos, avaliações técnicas recentes reforçam a gravidade dos impactos socioambientais associados à Ferrogrão. De acordo com a Análise da atualização do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da Ferrogrão sob a ótica da Governança Territorial²⁴, o projeto implicaria efeitos classificados como “severos”, ao transformar de maneira drástica a paisagem, a dinâmica de ocupação do território e ao produzir danos diretos e irreversíveis às comunidades locais. O EVTEA é o documento que avalia a pertinência de grandes empreendimentos de infraestrutura, considerando não apenas seus custos e benefícios econômicos, mas também seus impactos ambientais e sociais. No caso da Ferrogrão, tais impactos revelam a ausência de mecanismos adequados de proteção social e ambiental, em especial no que se refere ao direito das populações indígenas à consulta prévia, livre e informada, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil em 2002. Essa omissão configura uma violação de direitos em um cenário já marcado pela pressão crescente do agronegócio e da expansão logística voltada ao escoamento de *commodities* na região amazônica.

De forma análoga, no setor de energia, destacam-se os aportes de grandes estatais chinesas, como a China Three Gorges Corporation e a State Grid, em usinas e linhas de transmissão que incidem diretamente sobre a Amazônia. A hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, exemplifica esse processo, tanto pelo volume de investimentos quanto pela magnitude de seus impactos socioambientais. A State Grid, em particular, não apenas venceu leilões para construir e operar linhas de transmissão responsáveis por levar a energia de Belo Monte ao

²³ Reprimarização é a prevalência das vendas de produtos primários sobre as de industrializados na pauta de exportação, revertendo o comportamento que se consolidou nos anos setenta. Embora seja um processo que afeta o Brasil de forma abrangente, suas implicações e características variam conforme a região (Lamoso, 2020)..

²⁴ Para detalhes, acessar: AVALIAÇÃO TÉCNICA RECENTE REFORÇA GRAVIDADE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS. In: Análise da atualização do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da Ferrogrão sob a ótica da Governança Territorial. Observatório da BR-230, agosto de 2021. Disponível em: <https://observatoriodabr230.org/wp-content/uploads/2021/08/ANALISE-EVTEA-FERROGRAO-IMAZON-AGOSTO-2021.pdf>

Sudeste — incluindo o chamado “linhão” —, como também consolidou sua presença no país por meio da aquisição de diversas empresas do setor elétrico. Esses empreendimentos têm produzido efeitos amplamente documentados, como o deslocamento forçado de populações tradicionais e a alteração da dinâmica hídrica do rio Xingu (Corrêa, 2014). Para além desses impactos imediatos, há um padrão estrutural através do qual a região amazônica é convertida em território de extração energética voltado ao abastecimento de grandes centros distantes, em particular no Sudeste brasileiro.

No agronegócio, a aquisição da Noble Agri pela estatal chinesa COFCO em 2016 é um exemplo paradigmático da busca da China por maior controle direto sobre a produção e exportação de grãos, considerados estratégicos para sua segurança alimentar. A expansão da soja, em particular, atua como vetor de pressão sobre áreas desmatadas, intensificando conflitos fundiários e contribuindo para a degradação da biodiversidade. Um estudo da Plataforma CIPÓ revelou que municípios da Amazônia Legal que exportam soja e madeira para a China apresentaram incremento significativo no desmatamento entre 2000 e 2020, sugerindo uma associação entre as exportações e a expansão da fronteira agrícola na região.

Embora seja impossível desvincular a demanda chinesa do crescimento do agronegócio brasileiro, é preciso reconhecer que estas dinâmicas não se configuram apenas como relações unilaterais. A interação entre Brasil e China revela interesses mútuos e recíprocos: a China investe visando assegurar suprimentos estratégicos para seu mercado interno e expansão para mercados internacionais, enquanto o Brasil recebe esses aportes como forma de consolidar e expandir o padrão agroexportador. Na subseção seguinte, apresento essas duas perspectivas, evidenciando como cada país possui narrativas e prioridades próprias, mesmo quando há convergência de interesses econômicos.

4.1. A perspectiva chinesa e a perspectiva brasileira sobre a atuação da China na Amazônia

O crescimento econômico acelerado da China, especialmente a partir da década de 2000, intensificou sua demanda por *commodities* e consolidou uma estratégia global de inserção em países do Sul Global, incluindo a América Latina. Nesse cenário, a Amazônia Legal assume um papel estratégico. A região não apenas fornece as matérias-primas vitais para sustentar a industrialização chinesa, mas também se tornou um espaço privilegiado para a expansão de conglomerados chineses em setores-chave, um movimento de consolidação de

capitais e tecnologias (Gallagher, 2016). Essa busca crescente por recursos naturais, impulsionada pela urbanização e pela necessidade de garantir segurança alimentar e energética (Molina e Pedone, 2020; Liu, 2018), levou a China a diversificar seus parceiros comerciais, tornando a América do Sul uma área prioritária para investimentos em infraestrutura logística, agronegócio e energia.

No plano ideológico e diplomático, a China busca diferenciar-se do modelo ocidental. Enquanto o Consenso de Washington — adotado na América Latina nos anos 80 — esteve associado a reformas neoliberais que resultaram em crescimento limitado e falhas na promoção da equidade, o chamado Consenso de Pequim se apoia na narrativa de não interferência e respeito à soberania nacional. Por meio do discurso de cooperação Sul-Sul, Pequim se projeta como um parceiro estratégico, oferecendo capital, tecnologia e investimentos sem condicionantes políticos explícitos, o que se apresenta como uma alternativa às formas tradicionais de dependência econômica impostas por potências centrais (Amin, 2014; Gallagher, 2016; Weber, 2021).

Essa abordagem se alinha à trajetória singular da própria China, que construiu um Estado não-dependente. Diversos estudos (Huang, 2008; Amin, 2014; Weber, 2021) mostram que o país foi bem-sucedido em criar uma coalizão política e social que excluiu do poder as frações das classes dominantes ligadas ao capital estrangeiro. Diferente dos países do Leste Europeu que se submeteram à "terapia de choque" no pós-Guerra Fria, a China combinou a abertura econômica seletiva com o planejamento central, preservando sua soberania estratégica (Jabbour e Gabrielle, 2021). Essa trajetória singular explica sua capacidade de se inserir no mercado global mantendo autonomia, priorizando a segurança alimentar e energética e expandindo sua influência internacional.

Adicionalmente, o debate sobre a “armadilha da dívida”²⁵ revela que o modelo de financiamento chinês se apresenta como não coercitivo, evitando imposições políticas diretas e respeitando a autonomia do país receptor (Brautigam, 2019; Gallagher, 2016). Contudo, esse modelo ainda requer uma gestão estratégica por parte do Estado brasileiro para alinhar os fluxos de capital a objetivos de desenvolvimento sustentável e justiça social, evitando a mera reprodução de padrões históricos de exploração.

²⁵ Segundo Brautigam (2019), a "armadilha da dívida" (*debt trap*) é a alegação de que a China concede empréstimos excessivos para projetos inviáveis com o objetivo de “prender” nações devedoras, em uma estratégia com fins políticos, para aumentar o poder chinês. Ao falharem em pagar, a China usaria essa dívida para extrair concessões políticas da relação. Brautigam, no entanto, contesta essa visão, classificando-a como um mito.

Apesar de o discurso diplomático chinês ressaltar a necessidade de desenvolvimento sustentável e respeito às comunidades locais, sua aplicação na Amazônia revela contradições relevantes. Projetos de grande escala, como a Ferrogrão, linhas de transmissão elétrica e a hidrelétrica de Belo Monte, vinculados direta ou indiretamente à demanda chinesa, geraram impactos socioambientais profundos. Tais iniciativas, analisadas por Aguiar (2017), intensificam o desmatamento, os conflitos fundiários e o deslocamento de populações tradicionais. Dados da Plataforma CIPÓ (2022) demonstram que municípios amazônicos com forte exportação de soja e madeira para a China registraram um aumento expressivo do desmatamento entre 2000 e 2020.

Apesar dos impactos negativos, também emergem na relação esforços de cooperação em ciência, tecnologia e meio ambiente. Programas conjuntos de pesquisa climática, fundos de preservação ambiental e iniciativas de diplomacia científica buscam mitigar os impactos negativos (IPAM, 2023; Agência Brasil, 2024). Além do investimento em infraestrutura, a China promove bolsas de estudo, cooperação universitária e centros de pesquisa em biodiversidade e energias renováveis, compondo um repertório de *soft power*²⁶ que complementa sua presença material e reforça a narrativa de parceiro do desenvolvimento sustentável.

Outro elemento importante que se alinha a essa dinâmica é a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI – da sigla em inglês *Belt Road Initiative*). Apesar de o Brasil não ter aderido formalmente, diversos projetos de infraestrutura no país já se articulam com a estratégia chinesa de assegurar rotas eficientes de escoamento de commodities, em uma abordagem que busca "sinergias"²⁷ com os interesses de Pequim. Essa cooperação pragmática tem se intensificado, como demonstrado pela recente assinatura de um memorando para planejamento de ferrovias entre os dois países. Ademais, a assinatura do acordo para a ferrovia bioceânica Brasil-Peru reflete a estratégia chinesa de expandir sua infraestrutura de escoamento, criando uma alternativa ao Canal do Panamá para o acesso à Ásia. A diplomacia

²⁶ O conceito de *soft power* (poder brando) foi cunhado pelo teórico Joseph S. Nye Jr. (2004) para descrever a habilidade de obter o que se deseja por meio da atração e da persuasão, em vez da coerção ou do *hard power*, como o poder militar. No *soft power* os principais recursos são a cultura de um país, seus valores políticos e suas políticas externas, que, segundo Nye, quando atraentes e legítimos, cooptam outros atores a buscarem os mesmos resultados.

²⁷ A não adesão formal do Brasil à Iniciativa Cinturão e Rota foi reforçada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, que, em entrevista em maio de 2025, negou que o Brasil "entrará" na iniciativa. Costa defendeu que a relação deve se basear na "sinergia", comparando a BRI ao próprio Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) brasileiro: "A denominação do Cinturão e Rota para a China é a mesma denominação do PAC para nós, uma estratégia governamental de desenvolvimento. E é essa sinergia que buscamos: sintonizar a estratégia chinesa com a brasileira" (G1, 2025).

brasileira, portanto, equilibra-se entre a atração de capital e a cautela em relação a um alinhamento total.

Como vimos, China demonstra apostar em investimentos concretos em energia, logística e outros setores estratégicos, com ausência de condicionantes políticos. Essa postura é vista, em determinados setores empresariais brasileiros, como menos intrusiva. No entanto, os impactos socioambientais de sua atuação revelam que a ausência de condicionantes políticos não significa ausência de contradições estruturais. A geopolítica da transição energética também recoloca a Amazônia no centro da disputa global, pois a demanda chinesa por minerais estratégicos intensifica pressões sobre a região, já marcada por projetos extrativistas. Isso gera um paradoxo: enquanto tais minerais são essenciais para tecnologias de baixo carbono, sua exploração pode agravar desigualdades e ameaçar ecossistemas amazônicos.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) oferece lentes adequadas para compreender a assimetria dessa relação. Autores como Marini (1973), Bamberger (1976) e Theotônio dos Santos (1980) apontaram que o Brasil ocupa uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho. A relação com a China intensifica esse padrão ao produzir uma “dupla dependência”: de um lado, o Brasil depende do fluxo de importações chinesas e da manutenção da demanda por suas *commodities*; de outro, a China depende do suprimento brasileiro para garantir segurança alimentar e energética, essenciais à estabilidade de seu projeto político e social. Apesar de interdependente, a relação é intrinsecamente assimétrica, já que os objetivos e as lógicas de desenvolvimento de cada país divergem (Christoffoli e Almeida, 2023).

Esse cenário se enraíza no próprio modelo brasileiro de acumulação capitalista, estruturado historicamente sobre a exploração de recursos naturais. Em tempos atuais, essa realidade é parte do que Maristella Svampa (2012) chama de “consenso das *commodities*”, segundo o qual governos latino-americanos, mesmo de diferentes vertentes políticas, aderiram a uma lógica de desenvolvimento baseada na exportação de bens primários, com fortes custos sociais e ambientais. Nessa conjuntura, o Estado, pressionado por grupos de interesse, tende a priorizar infraestrutura logística e acordos que favorecem a exportação de matérias-primas. O resultado é a perpetuação de um modelo que maximiza lucros para uma elite restrita, mas mantém a estrutura de dependência econômica.

Outro fator que atravessa a dinâmica Brasil-China é a percepção da sociedade brasileira. Enquanto setores empresariais e governamentais enxergam a parceria como uma oportunidade para crescimento econômico e atração de investimentos, movimentos sociais, organizações ambientais e povos indígenas alertam para os riscos de dependência estrutural e intensificação da degradação socioambiental. A presença chinesa não cria, por si só, os problemas ambientais da região, mas atua como um catalisador de um modelo de exploração historicamente consolidado pelo poder do capitalismo agrário, reforçando padrões de desigualdade e vulnerabilidade socioambiental (Castro, 2015; Aguiar, 2017; Christoffoli e Almeida, 2023).

A constatação da assimetria, da "dupla dependência" e das contradições socioambientais no âmbito da relação Brasil-China, analisadas no presente capítulo, impõe a necessidade de um aprofundamento que vá além da descrição dos fluxos de capital e investimentos. Se a China se diferencia do modelo ocidental pelo discurso de não interferência (Amin, 2014) e se o capital que chega não é intrinsecamente coercitivo (Brautigam, 2019), por que sua inserção na Amazônia inexoravelmente potencializa um modelo agroexportador e neoextrativista, com elevados custos sociais e ambientais? Para compreender por que o Brasil é incapaz de converter essa relação em desenvolvimento estrutural e tecnológico, e por que essa incapacidade é sistêmica, é fundamental desvelar as raízes históricas e teóricas dessa subordinação. É com esse propósito que a próxima seção introduz a dupla chave analítica: a articulação do modelo de desenvolvimento histórico brasileiro e a Teoria Marxista da Dependência, importantes para uma leitura crítica da materialidade da relação sino-brasileira na Amazônia Legal.

5. UMA LEITURA CRÍTICA: ENTRE DEPENDÊNCIA E OPORTUNIDADE

Os investimentos chineses na Amazônia podem ser compreendidos a partir de uma dupla chave analítica que constitui esta seção. A primeira dimensão sustenta que tais investimentos não representam um elemento externo imposto de forma unilateral, mas se articulam organicamente ao modelo de desenvolvimento historicamente consolidado pela burguesia nacional brasileira. A entrada de capitais chineses em setores estratégicos da região — como agronegócio, energia, mineração e logística — não inaugura um padrão inédito, mas aprofunda tendências já presentes no modelo de desenvolvimento do Brasil. A demanda chinesa está inserida no modelo agroexportador e neoextrativista brasileiro.

Essa leitura implica reconhecer que a dependência não é apenas externa, mas interna e reproduzida pela ação de uma burguesia nacional e pela permanência de estruturas coloniais de acumulação. A lógica da renda fundiária, a concentração da terra e o escoamento primário de riquezas estruturam o “sentido da colonização” (Prado Jr., 2011), atualizado na forma contemporânea do agronegócio e da mineração na Amazônia. Assim, os investimentos chineses encontram na região não uma fronteira inexplorada, mas uma infraestrutura de dependência já montada.

Essa infraestrutura da dependência tem raízes profundas na formação histórica brasileira. Desde as interpretações clássicas de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, compreende-se que o Brasil nasceu como parte da expansão do capitalismo europeu, estruturado para atender às necessidades do mercado externo e não às de sua população. Em *A Revolução Brasileira* (1966), Caio Prado Jr. argumenta que a colonização não foi um empreendimento isolado, mas um momento da expansão do capital mercantil europeu, que configurou o país como uma “empresa comercial” voltada à exportação de gêneros primários. O autor identifica, nesse processo, a gênese de uma formação econômica dependente, marcada pela subordinação estrutural aos centros de acumulação de capital. Para ele, o “sentido da colonização” — isto é, a orientação da economia nacional para fora, segundo os interesses do comércio mundial — permanece como traço essencial do capitalismo brasileiro e constitui o maior obstáculo à sua consolidação enquanto nação autônoma.

Florestan Fernandes (1975), por sua vez, aprofunda essa análise ao demonstrar que a independência política do Brasil não significou uma ruptura com as estruturas econômicas coloniais. O país emergiu para a modernidade sem alterar substancialmente suas relações de produção: as elites locais apenas substituíram os vínculos jurídicos com a metrópole por laços

econômicos com o capital internacional. Assim, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se de modo dependente, incorporando as influências estruturais da economia mundial. Para Florestan, a sociedade brasileira ingressa no mundo moderno sem romper com o passado colonial — apenas o atualiza sob novas formas.

Essa leitura histórica oferece o alicerce necessário para compreender por que a relação Brasil-China no que se trata da Amazônia não constitui uma ruptura, mas uma continuidade estrutural. A atual configuração do capitalismo dependente brasileiro e sua particular forma de ação na Amazônia são, em grande medida, herdeiras dessa longa duração da colonização. Dessa forma, a China insere-se na mesma estrutura de reprodução desigual, na qual a burguesia brasileira continua a operar como classe que reproduz internamente os padrões de acumulação.

A articulação dessa lógica com o capital externo é visível em exemplos concretos: a State Grid Corporation of China, por exemplo, tornou-se a principal investidora em linhas de transmissão que conectam a energia das hidrelétricas amazônicas (como Belo Monte) ao Sudeste. Tais investimentos, embora estratégicos do ponto de vista logístico, não visam a soberania energética nacional, mas sim a redução de custos e a estabilidade elétrica para cadeias exportadoras. De maneira análoga, no setor portuário, a China Communications Construction Company (CCCC) assumiu projetos no Maranhão, destinados a escoar grãos do Centro-Oeste para o mercado asiático. Em todos esses casos, a participação chinesa ocorre frequentemente por meio de parcerias com grupos nacionais consolidados, o que evidencia e reforça a simbiose entre o capital externo e a burguesia interna dependente.

É nesse terreno histórico que emerge a segunda chave analítica deste trabalho: a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Ela nos permite aprofundar a discussão sobre as contradições da presença chinesa na Amazônia. Desenvolvida por nomes como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos nos anos 1960 e 1970, a TMD rompeu com leituras desenvolvimentistas ao sustentar que a dependência não era mero atraso ou estágio incompleto de desenvolvimento, mas uma forma específica de inserção no capitalismo mundial (Marini, 1973; Bambirra, 1976; Santos, 1980).

No contexto de intensos debates sobre desenvolvimento econômico que marcaram o período do pós-Segunda Guerra Mundial, uma série de teóricos em países centrais se dedicou a analisar as causas das disparidades entre as nações. Esses estudos iniciais tendiam a focar quase exclusivamente nas variações das taxas de crescimento econômico para explicar as

desigualdades entre as nações (Slipak, 2014). Foi em contraposição a essa visão que, no início da década de 1950, emergiu a corrente de pensamento estruturalista. Impulsionados pelos trabalhos de Raúl Prebisch e outros acadêmicos da CEPAL, os estruturalistas sustentaram que o subdesenvolvimento da periferia era, antes de tudo, resultado de uma estrutura produtiva heterogênea. Essa estrutura, marcada pela predominância de atividades de baixo valor agregado, levava à inevitável deterioração dos termos de troca dos produtos primários em relação aos manufaturados. Conseqüentemente, eles defendiam que a modernização da economia, conduzida pelo desenvolvimento da indústria e pelo papel ativo da classe burguesa, resultaria em melhorias concretas, como o aumento do emprego e a melhor distribuição de renda, permitindo que o país alcançasse uma inserção no cenário internacional de forma mais favorável (Slipak, 2016).

Em meados da década de 1960, a constatação empírica de que a industrialização por si só não solucionava os problemas da América Latina impulsionou o surgimento da Teoria da Dependência. Em um cenário de intensa efervescência política, provocado por eventos como a Revolução Cubana de 1959 e o avanço das lutas sociais, a teoria se desenvolveu. Baseados em uma leitura marxista, os expoentes da teoria argumentavam que a dependência não constituía um obstáculo meramente temporário, mas sim uma característica estrutural do capitalismo, intrinsecamente reprodutora e que aprofundava desigualdades (Katz, 2021), cuja superação, para a melhoria da qualidade de vida na região, passava inequivocamente pelo socialismo.

No entanto, a trajetória da teoria da dependência no Brasil foi singular, marcada pelo que Fernando Correa Prado (2011) define como um “não-debate” e o estabelecimento de um “pensamento único” sobre o tema. Enquanto em outros países da América Latina o debate fervilhava, no Brasil, a ditadura militar censurou as obras da tradição marxista da dependência. Perseguida após 1964, a teoria sobreviveu no exílio, sendo deslocada do debate acadêmico nacional.

Essa lacuna permitiu a ascensão e disseminação de interpretações específicas sobre a dependência. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, teve um papel crucial nesse processo: com o apoio institucional do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), seus artigos circularam livremente durante a ditadura militar, enquanto as obras de Ruy Mauro Marini e outros pensadores marxistas eram censuradas, resultando em um relativo desconhecimento das contribuições da tradição marxista. Contudo, essa dinâmica começou a se reverter a partir dos anos 2000, com a crítica ao neoliberalismo e a ascensão de

governos progressistas que reabriram espaço para análises críticas (Prado e Castelo, 2013). Atualmente, a Teoria Marxista da Dependência vive um segundo retorno, impulsionado pela necessidade de compreender as novas e complexas formas de dependência que emergem no presente cenário global.

A tese central da TMD, segundo Katz (2021), é que as relações de dependência entre o centro e a periferia não são meramente comerciais ou financeiras, mas estruturais, reproduzindo-se de forma intrínseca no sistema capitalista. As economias periféricas, ao se integrarem ao mercado mundial, não evoluem para estágios de desenvolvimento semelhantes aos dos países centrais. Pelo contrário, sua inserção no sistema é marcada por uma subordinação que perpetua as desigualdades. Esse processo se manifesta na forma como o capitalismo se organiza na periferia, mantendo-a em uma posição hierarquicamente inferior na divisão internacional do trabalho.

Um dos conceitos mais importantes formulados por Ruy Mauro Marini, e destacado por Katz (2021), é o da superexploração do trabalho. Ele argumenta que a acumulação de capital nas economias dependentes se baseia principalmente na intensificação da exploração da força de trabalho. Isso ocorre por meio do prolongamento da jornada, do pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho e da intensificação do trabalho. A superexploração se torna, portanto, o mecanismo pelo qual o capitalista periférico consegue compensar as desvantagens de sua posição subordinada no mercado mundial, gerando um excedente que é parcialmente transferido para o centro.

A superexploração do trabalho é o elo entre a dinâmica interna e externa da dependência. Em sua análise, Katz (2021) explica que esse mecanismo permite que os capitalistas latino-americanos utilizem a força de trabalho de trabalhadores como fonte de acumulação de capital, tornando a remuneração destes objetivamente inferior. Além disso, a presença de grandes excedentes de mão de obra (seja por êxodo rural ou outros fatores) torna a superexploração viável e aprofunda o abismo entre o valor do trabalho e o salário pago, que não cobre nem mesmo as necessidades básicas de subsistência do trabalhador, garantindo o lucro e a acumulação no âmbito da dependência.

Avançando nas bases da TMD, Theotônio dos Santos (1980) sustenta que a dependência se configura como uma relação de interdependência, na qual a expansão das economias periféricas ocorre de forma subordinada e como reflexo da expansão dos países dominantes, sem uma sustentação econômica interna capaz de dar sustentação ao próprio

desenvolvimento. Segundo o autor, o que limita a maior autonomia de nações em ascensão é o papel de suas burguesias, que agem como burguesias associadas aos interesses do centro capitalista. Essa subordinação se manifesta não apenas no plano econômico, mas também no político e geopolítico, onde a capacidade militar e a influência são determinantes para a posição de uma nação na hierarquia global.

Nessa estrutura hierárquica da divisão internacional do trabalho, as nações dependentes produzem bens de menor valor agregado, enquanto importam manufaturas de alta tecnologia do centro, uma relação que se manifesta como troca desigual. Segundo Marini (2005), a diferença relativa no valor dos produtos comercializados causa déficits estruturais na balança comercial dos países periféricos. Marini (2005) explicita que essa economia exportadora se fundamenta em um capitalismo que acentua ao limite as contradições do sistema, tornando a periferia cada vez mais dependente do mercado externo. Essa especialização produtiva, baseada no desnível tecnológico, perpetua o quadro de dependência, e é por meio de uma nova estratégia da classe dominante brasileira — o subimperialismo — que Marini (2005) descreve como um país dependente projeta sua própria relação de subordinação sobre nações vizinhas, compensando suas perdas internas.

Diante do apanhado acerca das bases conceituais da Teoria Marxista da Dependência, cujas premissas ainda nos são úteis para pensar a América Latina, a ascensão da China aos mercados globais exige atualizações teóricas. É fundamental que se compreenda a teoria não como um dogma estático, mas como uma ferramenta analítica que pode ser revisitada e debatida sem descaracterizar sua essência, afinal, como sustenta Fernando Correa Prado, “os conceitos e as teorias não podem ser tratados como entes fixos independentes do tempo e do espaço” (2011, p. 86). Neste sentido, a trajetória da China, por exemplo, é um caso à parte, pois sua burocracia estatal conseguiu se vincular ao capital transnacional sem se subordinar aos objetivos das potências ocidentais. Contudo, para o Brasil, a economia política da Amazônia Legal demonstra a contínua validade da TMD: a demanda chinesa por *commodities* brasileiras têm, de fato, aprofundado o direcionamento da economia nacional para a produção primária, reforçando a necessidade de aplicar os conceitos de dependência para analisar esse cenário.

Diante disso, surge uma discussão central: de uma perspectiva centro-periferia, a China pode ser considerada um país de centro? Segundo a análise de Katz (2012), seu poder econômico, financeiro e militar é indiscutível, mas é precipitado afirmar que ela já superou a hegemonia dos Estados Unidos. Por essa razão, um modelo binário de centro-periferia se

mostra insuficiente para caracterizar o papel global da China. A própria TMD, aliás, já reconhecia a existência de situações intermediárias, como as categorias de subimpério ou submetrópole, que buscam explicar a posição de países que, apesar de subordinados ao centro, exercem dominação sobre outros países periféricos. Embora a situação da China não se encaixe perfeitamente nessas categorias, as ferramentas da TMD continuam pertinentes para analisar seus vínculos com a América Latina.

É nesse sentido que a China, como argumentam Cheng e Zhai (2021), pode ser compreendida como um quase-centro: não um imperialismo clássico, mas uma potência emergente que, embora tenha ascendido a um patamar diferenciado, ainda tem origens no Sul Global. Essa condição lhe permite projetar influência econômica e tecnológica sobre países periféricos sem recorrer aos mecanismos coercitivos típicos das potências ocidentais. Ainda assim, os efeitos sobre as economias periféricas não deixam de reproduzir novas formas de dependência, o que reforça a contínua relevância da TMD para a análise.

A fim de fundamentar a primeira chave analítica deste trabalho — a articulação dos investimentos chineses com o modelo estrutural historicamente dependente do Brasil —, é essencial o resgate da interpretação histórica do subdesenvolvimento. Nesse panorama, a contribuição de Celso Furtado é fundamental, pois ele aprofundou o entendimento do subdesenvolvimento não como um estágio incompleto, mas como um processo histórico resultante da inserção dos países periféricos no capitalismo global, marcado pela persistência de uma estrutura produtiva subordinada (Furtado, 1957). Ao se associar a esses interesses, a classe dominante manteve as estruturas de desigualdade interna, o que permite a reprodução do mecanismo da superexploração do trabalho – um conceito-chave da TMD. Tal dinâmica é observável no agronegócio brasileiro, predominante na economia amazônica, o setor é apontado como o que menos gera postos de trabalho e paga os salários mais baixos, e concentra a maior parte dos trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão (Mitidiero Junior e Goldfarb, 2021).

A contribuição de Vânia Bambirra (1976) é essencial para solidificar essa análise ao sistematizar a TMD. Diferentemente das visões que a consideravam uma dinâmica externa ou um estágio a ser superado, Bambirra argumentou que a dependência é um fenômeno estrutural e dinâmico, que se reproduz e se aprofunda ao longo das fases do capitalismo global (Prado, 2011). Isso nos permite entender que a ascensão da China não representa uma quebra da dependência, mas sim uma reconfiguração das relações de poder dentro do próprio sistema capitalista dependente. A China surge enquanto um ator global que, mesmo sem os

mecanismos de dominação clássica, se articula a essa estrutura de forma a intensificar suas contradições, intensificando o papel do Brasil como exportador primário e reforçando os mecanismos de superexploração do trabalho e de escoamento de riquezas.

Portanto, a partir da perspectiva histórica da dependência, ao analisarmos a Amazônia, percebemos que os investimentos chineses no agronegócio, na mineração e na infraestrutura logística e energética não representam uma ruptura, mas sim uma nova manifestação dessa lógica. Os projetos no setor de energia, por exemplo, como a injeção de capital em hidrelétricas ou linhas de transmissão, não visam primariamente a soberania energética ou a industrialização autônoma do país. Pelo contrário, eles garantem a estabilidade e o baixo custo do insumo necessário à expansão das cadeias agroexportadoras e neoextrativistas da região.

Neste cenário, a China atua como catalisadora dessa dependência, fornecendo a infraestrutura que permite à burguesia nacional aprofundar um modelo que se sustenta na superexploração do trabalho e na drenagem de valor. Ao garantir investimentos em projetos que escoam bens de baixo valor agregado, o capital chinês assegura que a riqueza gerada na Amazônia seja drenada para os centros do sistema capitalista, perpetuando o ciclo de dependência. Dessa forma, o que é produzido na Amazônia, em vez de ser um motor para a diversificação econômica, torna-se mais um elo de subordinação que alimenta a inserção brasileira como mera fornecedora de *commodities* ao mercado global, mostrando que, mesmo diante de novas formas de capital, a essência do desenvolvimento dependente permanece inalterada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que a presença de investimentos chineses na Amazônia Legal pode ser analisada sob a ótica da dependência e da oportunidade. Constatou-se uma assimetria na relação entre os dois países: enquanto a China utiliza essa relação para consolidar seu desenvolvimento industrial e tecnológico, o Brasil limita-se a reproduzir a condição periférica. O quadro que se delineia é o de um Brasil ausente na Amazônia e, conseqüentemente, na América Latina. Embora não tenha sido o tema principal do trabalho, cabe aqui uma breve reflexão sobre o afastamento do Brasil da integração regional. A Amazônia, em vez de ser um eixo de integração sul-americana, torna-se um corredor logístico voltado exclusivamente para o escoamento de matérias-primas.

Não obstante a demonstração de que a presença chinesa na Amazônia alicerça e intensifica as contradições históricas do capitalismo dependente brasileiro, a Teoria Marxista da Dependência não implica um determinismo absoluto. Ao invés de prever um destino inevitável, a análise serve também para demonstrar as possibilidades de agência, incluindo as mais pragmáticas, que não estão necessariamente ligadas ao objetivo final do socialismo, historicamente defendido pela TMD. Isso ocorre porque a condição da China como um "quase-centro" e sua diplomacia de não-interferência, em contraste com as condicionalidades neoliberais historicamente impostas por potências ocidentais, abrem uma janela de oportunidade para o Brasil buscar termos mais favoráveis. Essa característica da China, por não ser uma potência imperialista, permite que a interdependência assimétrica seja convertida em potencial de ganhos mútuos.

No entanto, as possibilidades que o Brasil, e especificamente a Amazônia, pode extrair de acordos bilaterais e do recebimento de investimentos chineses precisam estar ancoradas na mudança. Internamente, essa mudança implica superar o modelo agroexportador, promover a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, e a garantia de autonomia para as populações amazônicas. Externamente, exige que o Brasil se apresente como um ator presente na região, em diálogo com seus vizinhos sul-americanos, e que reconheça na própria China e na sua trajetória recente os caminhos percorridos para o desenvolvimento. Em última análise, a superação da dependência não virá da benevolência de outros países, mas sim da capacidade do Brasil em realizar seu próprio projeto soberano.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav; SENG, Tan See (Org.). *Bandung Revisited: The Legacy of the 1955 Asian-African Conference for International Order*. Honolulu, Hawaii: University of Hawaii Press, 2009.

AGUIAR, Diana. *A geopolítica da infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2017.

AMIN, Samir. A China é capitalista ou socialista? *Argumentum*, Vitória, ES, v. 6, n. 1, p. 283-297, jan./jun. 2014.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-first Century*. London: Verso, 2007.

BAMBIRRA, Vânia. *Estrutura e Crise da Dependência na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BECARD, D. S. R. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. suplementar, p. 105-130. Curitiba, 2011.

BORGES, F.; MARTINS, L. M.; NAGUAL, F. As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023): Continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3. *Revista Princípios*, [S. l.], n. 169, p. 25-46, 2024.

BRAGA, S.; MATOS, A. As relações Brasil-China sob a ótica da teoria da dependência. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 38, n. 105, e0250025, 2025.

BRAUTIGAM, Deborah. A critical look at Chinese 'debt-trap diplomacy': the rise of a meme. *Area Development and Policy*, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2008.

BRITO, Cleiton Maciel. *China and globalization in the Amazon: workers, expatriates and the Chinese production model*. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2023.

CARIELLO, Túlio. *Investimentos Chineses no Brasil 2023*. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 3 set. 2024.

CARIELLO, Túlio. *Investimentos Chineses no Brasil: Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)*. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 5 ago. 2021.

CARIELLO, Túlio. *Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007–2020)*. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 2021.

CARVALHO, Paula; NOGUEIRA, Isabela. O papel do Estado na regulação do investimento direto na China. *Brazilian Journal of Political Economy*. 2023.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. A Amazônia e seu lugar central na integração sul-americana. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). *Relações internacionais e Defesa na Amazônia*. Belém, PA: NAEA/UFPA, 2008. p. 21-46.

CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio (Orgs.). *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015. 640 p.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). *La República Popular China y América Latina y el Caribe: Hacia una relación estratégica*. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2010.

CHENG Enfu; ZHAI, Chan. "China as a 'Quasi-Centre' in the World Economic System: Developing a New 'Centre-Quasi-Centre-Semi-Periphery-Periphery' Theory". *World Review of Political Economy* 12, n. 1, Spring 2021.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; ALMEIDA, Janailson Santos de. *Relações Brasil-China: as exportações do agronegócio brasileiro, questões agrárias, de segurança e soberania alimentar e dependência*. *Revista Estudos do Sul Global*, v. 2, n. 1, 2023.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. *As lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do Projeto Hidrelétrico Belo Monte*. 2014. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

CUI, Shoujun. *China's New Commitments to LAC and Its Geopolitical Implications*. In: CUI, Shoujun; GARCÍA, Manuel Pérez (Org.). *China and Latin America in Transition: Policy Dynamics, Economic Commitments, and Social Impacts*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

DORIA, Gaió Mario Goulart; CELADA, Nehemias Jose Jaen. *CELAC and China in Perspective: Regional Integration and Engagement Redefinition*. In: CUI, Shoujun; GARCÍA, Manuel Pérez (Org.). *China and Latin America in Transition: Policy Dynamics, Economic Commitments, and Social Impacts*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GALLAGHER, Kevin P. *The China Triangle: Latin America's China Boom and the Fate of the Washington Consensus*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GONZÁLEZ, J. *Role of the Asia-Pacific Region in Sino- Latin American International Relations*. In: CUI, Shoujun; GARCÍA, Manuel Pérez (Org.). *China and Latin America in Transition: Policy Dynamics, Economic Commitments, and Social Impacts*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. *Relações Brasil-China: Elementos de Aproximação e Diferenciação*. In: *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 67.

HUANG, Yasheng. *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. *The Political Economy of Reforms and the Present Chinese Transition*. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 37, n. 4 (149), p. 789-807, 2017.

JING, Zhu; CE, Liang. Brasil e China: Parceiros Estratégicos no Século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 2, p. 5-21, 2014.

KATZ, Claudio Isaac. A teoria da dependência 50 anos depois. *Expressão Popular*. 384 p. 2021.

LEE, Hyun-Hoon; PARK, Donghyun; WANG, Jing. Different types of firms, different types of products, and their dynamics: An anatomy of China's imports. *China Economic Review*. [S. l.], v. 27, p. 253-268, dez. 2013.

LIU, Yun et al. Effects of urbanization on food demand in China. *Food Policy*, [S. l.], v. 79, p. 25-32, ago. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MITIDIERO JUNIOR, Marco; GOLDFARB, Yamila. *O lugar do agronegócio no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil, 2021.

MOLINA, Tatiana; PEDONE, Luiz. China e a (in)segurança energética: planejamento político com foco na sustentabilidade, competitividade e garantia de suprimentos. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói, v. 12, n. 24, p. 7-26, 2020.

MORENO, Camila. *O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. 116 p.

NASH, Paul. China's "Going Out" Strategy. *Diplomatic Courier*. 10 maio 2012. Disponível em: <https://www.diplomaticcourier.com/posts/china-s-going-out-strategy>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 6-16, 2021.

OURO PRETO, Affonso Celso. China Brasil. In: *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 13.

PARADISE, James F. China's Quest for Global Economic Governance Reform. *Journal of Chinese Political Science*, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 471-493, fev. 2019.

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e poder global da China: A política Made in China 2025. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 9, n. 18, p. 188-212, jan./jun. 2020.

PETERS, E. D. Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean 2023. [S. l.]: RED ALC-CHINA, 2023. Disponível em: https://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/Dussel_Peters_Monitor_Infraestructura_2023_ENG.pdf. Acesso em: 21 mai. 2025.

POCHMANN, Marcio. As Relações Bilaterais Brasil-China: a Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil. In: *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 249.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & política*, v.29, nº2, p.068-094, 2011.

PRADO, Fernando Corrêa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata*, Guarulhos, SP, v. 3, n. 1, dez. 2013.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, Pedro Gabriel Ferreira dos et al. Relações Brasil-China no terceiro governo Lula: novos tempos?. In: MARINGONI, Gilberto; AZZI, Diego Araujo; OLIVEIRA, Flávio Rocha de (org.). *De volta a um mundo perigoso: relações internacionais no primeiro ano do governo Lula III*. 1. ed. Londrina, PR: Editora Sorian, 2024. p. 67-81.

SANTOS, Theotônio dos. *Economia e Crise no Brasil: uma interpretação marxista*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Investimentos estrangeiros diretos (IED): origens, significado e benefícios. *R. BNDES*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58. p. 611-654, dez. 2022.

SLIPAK, Ariel Martín. Un análisis del ascenso de China y sus vínculos con América Latina a la luz de la Teoría de la Dependencia. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 282, p. 99-124, abr. 2014.

SLIPAK, A. M. Ruy Mauro Marini, un imprescindible para el debate latinoamericano. *Cuestiones de Sociología*, [S. l.], n. 14, e007, 2016. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7343/pr.7343.pdf. Acesso em: 06 set. 2025.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *OSAL-Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, n. 32, p. 15-38, 2012.

TANG, Xiaobing. Brazil-China and the Multilateral Trading System. In: *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 287.

UNGARETTI, Carlos Renato. *O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em Perspectiva Doméstica e Internacional: Economia, inovação e meio-ambiente*. [S. l.]: Núcleo de Estudos do BRICS+ (NEBRICS), 2021.

VIEIRA, Flávia do Amaral; ABDENUR, Adriana Erthal; ALVES, João Ricardo Cumarú Silva. *A China na Amazônia Brasileira: explorando as conexões entre o aumento da exportação de commodities e o desmatamento*. [S. l.]: Plataforma CIPÓ, 18 out. 2022. Disponível em: https://plataformacipo.org/wp-content/uploads/2022/10/policy-brief-01-20221020_PT.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

WEBER, Isabella M. *How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate*. New York: Routledge, 2021. 358 p.

WU, Harry X. Growth and Structural Change in the Chinese Economy: A Comparative Study. *Journal of Economic Growth*, v. 2, n. 3, p. 229-253, 1997.

YAN, Jun; BOCHARNIKOV, Vladimir. Knowledge and Understanding of Ecological Civilization: A Chinese Perspective. BRICS Journal of Economics, v. 3, n. 4, p. 231-247, 2022.

Apendice A

Investimentos Diretos Chineses na Amazonia Legal 2014-2024

Ano	Empresa investidora	Sede da empresa	Target Company	Setor	Tipo de investimento	Estados destino	Investimento (milhões de US\$)	Propriedade	Fonte
2014	China Three Gorges Corporation (CTG)	Pequim	Three Gorges	Energia	Fusões e aquisições	Mato Grosso e Pará	390	Pública	ALC-China
2014	China Three Gorges Corporation (CTG)	Pequim	EDP	Energia	Fusões e aquisições	Amazonas e Pará	182	Pública	CEBC
2014	Benelli	Qianjiang	Benelli	Transporte	Greenfield	Manaus	15	Privada	ALC-China
2014	COFCO	Pequim	Noble Agri	Agronegócio	Fusões e aquisições	Mato Grosso	750	Pública	CEBC
2015	Advanced Optronic Devices	Hong Kong	Advanced Optronic Devices Brasil	Eletronicos	Greenfield	Amazonas	26	Privada	ALC-China
2016	Hunan Dakang Pasture	Shanghai	Fiagril Ltda	Agronegócio	Fusões e aquisições	Mato Grosso	200	Privada	ALC-China
2016	China Communications Construction Company (CCCC)	Pequim	Concremat	Construção	Fusões e aquisições	-	100,3	Pública	Valor Economico
2016	TCL Technology Group	Huizhou	TCL Semp	Eletronicos	Fusões e aquisições	Amazonas	60	Privada	ALC-China
2017	China Communications Construction Company (CCCC)	Pequim	São Luis Gestão de Portos e Terminais	Transporte	Fusões e aquisições	Maranhão	68,8	Pública	ALC-China
2017	HNA Modern Logistic	Xian	Fumagalli	Agronegocio	Fusões e aquisições	Mato Grosso	1500	Privada	CEBC
2017	Yangtze River Development	Shanghai	Fumagalli	Agronegocio	Fusões e aquisições	Mato Grosso		Privada	CEBC
2018	China Communications Construction Company (CCCC)	Pequim	Porto São Luis	Transporte (Portos)	Greenfield	Maranhão	125	Pública	ALC-China
2018	Zhuhai Yuren Agricultural Aviation	Zhuhai		Agronegocio	Greenfield	Mato Grosso	22	Privada	CEBC
2018	Gree Electric Appliances Inc. (Gree)	Zhuhai		Eletronicos	Greenfield	Amazonas	340	Privada com part. estatal	ALC-China
2018	CED Prometheus	-		Energia	Greenfield	Mato Grosso	300	Privada	CEBC
2020	BYD Company Limited	Shenzhen	BYD	Energia	Greenfield	Amazonas	2,7	Privada	ALC-China
2021	China Communications Construction Company (CCCC)	Pequim	Vale S.A.	Extrativismo mineral	Greenfield	Pará	375	Pública	ALC-China
2022	TCL Technology Group	Huizhou	SEMP TCL	Eletronicos	Fusões e aquisições	Amazonas	31	Privada	ALC-China
2024	China Nonferrous Metals Group	Pequim	Minsur	Extrativismo mineral	Fusões e aquisições	Amazonas	340	Pública	ALC-China

Apêndice B

Projetos de Infraestrutura na Amazonia Legal 2014-2024

Ano	Projeto	Empresa chinesa	Sede da empresa	Setor	Estados destino	Investimento (milhões de dólares)	Propriedade	Fonte
2014	Primeira Linha de Transmissão de Belo Monte	State Grid Brazil Holdings	Pequim	Energia	Pará, Tocantins e Mato Grosso	110	Pública - governo central	ALC-China
2016	Planta Siderúrgica	CBSteel	Changzhou	Siderurgia	Maranhão	3500	Pública - governo central	CEBC
2018	Canarana Transmissora de Energia	State Grid Brazil Holdings	Pequim	Energia	Mato Grosso	24,8	Pública - governo central	CEBC
2018	Paranaíta Transmissora de Energia	State Grid Brazil Holdings	Pequim	Energia	Mato Grosso	204,08	Pública - governo central	CEBC
2018	Subestação Xinguara 2	State Grid Brazil Holdings	Pequim	Energia	Pará	1,04	Pública - governo central	CEBC
2019	XRTE (Xingú-Rio Transmissora de Energia)	State Grid Corporation of China (SGCC)	Pequim	Energia	Pará	2194	Pública - governo central	ALC-China
2020	Ferrovia Pará-Ferrogrão	Concremat	Pequim	Transporte	Pará	1600	Pública - governo central	ALC-China
2020	Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)	China Railway Eryuan Engineering Group Co. Ltd. (CREEC)	Pequim	Transporte	Mato Grosso	485	Pública - governo central	ALC-China
2021	Linha de Transmissão Acre Lote 1	EDP e Shandong No. 1 Construction Co.	Pequim	Energia	Acre e Rondonia	89	Pública - governo central	ALC-China
2021	Extracção de mineral de nióbio	China Railway 10th Bureau Group Co. Ltd. (CR10)	Pequim	Extrativismo mineral	Amazonas	23	Pública - governo central	ALC-China
2021	Sistema de telecomunicações críticas	Hytera Communications Corp Ltd	Pequim	Telecomunicações	Mato Grosso	7	Privada	ALC-China
2023	Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL 1)	China Railway 10th Bureau Group Co. Ltd. (CR10), Tiisa (empresa local brasileira)	Pequim	Transporte	Tocantins e Maranhão	219	Pública - governo central	ALC-China
2024	Construção de linhas de transmissão em corrente contínua	State Grid Brasil	Pequim	Energia	Maranhão	3600	Pública - governo central	ALC-China